



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 32

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 28 de novembro de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Paulo Silveira, substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Gomes e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as deu-se início à votação da **[Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para 2025”](#)**;

No decorrer da votação pediram a palavra as seguintes Sras. e Srs. Deputadas/os: Russel Sousa (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), José Toste (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Andreia Cardoso (*PS*), António Lima (*BE*), Salomé Matos (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Carlos Silva (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Luís Raposo (*PSD*), Patrícia Miranda (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Francisco Lima (*CH*), Gualberto Rita (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), José Eduardo (*PS*), Olivéria

Santos (*CH*), Joaquim Machado (*PSD*), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*), Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*), Secretário Regional do Mar e Pescas (*Mário Pinho*), Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*) e o Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*).

No decorrer do debate a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*) pediu a palavra para um protesto.

Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo regional n.º 20/XIII – “Plano Regional Anual para 2025” foi aprovada por maioria.

Seguiu-se o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025”](#), para tal, usaram da palavra as/os Sras./Srs. Deputadas/os: António Lima (*BE*), Sabrina Furtado (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), bem como o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Durante o debate pediram a palavra para um protesto e um contraprotesto os Srs. Deputados António Lima (*BE*) e José Pacheco (*CH*), respetivamente.

Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII – “Orçamento da região Autónoma dos Açores para o ano de 2025” foi aprovada por maioria.

No final foram proferidas Declarações de Voto pelas seguintes Sras. e Srs. Deputadas/os: Andreia Cardoso (*PS*), José Pacheco (*CH*), João Mendonça (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceira (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*).

Por fim, foi colocada à votação a proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de novembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 52 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Muito bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rafael Tavares **Lima**

Rúben Cabral

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela Costa **Dias**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**
Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Eduardo da Cunha **Pacheco**
José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS-PP-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 57 Senhoras e Senhores Deputados. Naturalmente, significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, encerrámos ontem o debate na generalidade, estamos em condições de passar à votação na generalidade e depois ao debate na especialidade.

Anúncio os tempos para esse debate na especialidade: O Governo, o PSD e o Grupo Parlamentar do PS dispõem cada de 30 minutos. O Chega dispõe de 14 minutos, o CDS-PP de 12 minutos, as Representações Parlamentares do PPM, do BE, da IL e do PAN dispõem cada de 10 minutos.

Vamos então passar à votação, iniciando naturalmente pelo Plano e depois passaremos ao Orçamento.

Começamos por colocar à votação na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII, Plano Regional Anual para 2025.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Muito bom dia a todos.

A votação na generalidade foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Com 1 voto contra do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Iniciamos então o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Como é habitual, nós vamos proceder da mesma forma, votamos em primeiro lugar as propostas de alteração aos programas e depois votaremos o programa em si.

Iniciamos pelo Programa 1 do Plano. Há uma proposta de alteração, proposta de aditamento de uma nova ação 1.2.3, por redução da dotação previsional. É uma proposta apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com os votos contra: 23 do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Votos a favor: 23 do PS, 1 do PAN e 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o Programa 1.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com os votos a favor, 23 do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL.

1 voto contra do BE e do PAN.

23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Avançamos para o Programa 2. O mesmo não tem propostas de alteração, portanto vou colocá-lo à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Com os votos contra: 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Avançamos para o Programa 3. A primeira proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, proposta de redução da ação 3.1.1 para reforço da ação 9.20.1.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração à ação 3.1.1 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL.

1 voto a favor do Bloco de Esquerda e 23 votos de abstenção do Partido Socialista e 1 do PAN.

Presidente: Faz favor, Senhor Deputado Nuno Barata para?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, eu fiquei com a sensação que no anúncio da votação anterior, o Senhor Deputado Paulo Silveira não tinha anunciado a votação da Iniciativa Liberal.

Presidente: Também fiquei com essa sensação, mas disse-me que tinha anunciado.

Estamos a falar do Programa 2, não é assim, Senhor Deputado?

Então vamos anunciar novamente:

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 23 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 PPM.

Votos contra, 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Votamos agora o Programa 3.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e com os votos contra 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Avançamos para o Programa 4.

Está à votação uma proposta de aditamento de uma nova ação 4.4.4 por redução da dotação provisional. É uma proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alteração ao Plano ação, 4.4.4 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP e 1 do PPM. Com 1 voto de abstenção da IL e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE, e 1 voto do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 4.

Senhor Deputado José Pacheco, faz favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, nós gostaríamos de votar separadamente o 4.1.1.

Presidente: Está à votação a ação 4.1.1.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 4.1.1 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 2 CDS-PP e 1 do PPM.

Contra: 5 votos do Chega e 1 da IL.

Abstenção: 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 4:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Com os votos contra 1 do BE e 1 da IL e com 23 votos de abstenção do PS e 1 do PAN.

Presidente: Avançamos para o Programa 5.

A primeira proposta de alteração é do PAN, uma proposta de aditamento de uma nova ação 5.6.5 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 5.6.5 apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP e 1 do PPM.

A favor 23 votos do PS, 1 do PAN, 1 do BE e 1 da IL.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Senhor Deputado Russell Sousa, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração intitulada de Apoio ao aumento dos jovens açorianos com qualificação do ensino superior, com a dotação de 1.000.000, 00€, porque o Partido Socialista, desde o início, sempre defendeu que a qualificação dos jovens açorianos era uma forma de cobrarmos o ciclo de pobreza na nossa Região e, para isso, apresentamos essa proposta com sentido de responsabilidade, para que todos os jovens açorianos possam investir na sua qualificação e não sentir-se amarrados à sua condição financeira.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos então votar a proposta de aditamento de uma nova ação 5.6.5, por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta 5.6.5 do PS foi rejeitada com os votos contra 23 do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 23 do Partido Socialista, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Só para informar que a próxima proposta, que é a 5.6.6 dos assistentes operacionais, do PAN, tem a ver com o aumento de assistentes operacionais em algumas escolas. Isto a pedido de algumas associações de pais e também de professores. Vamos ver como é que será votado aqui no Parlamento.

Obrigado.

Presidente: Está à votação a proposta apresentada pelo PAN, de aditamento de uma nova ação 5.6.6, por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alteração à ação 5.6.6 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP e 1 do PPM. Com os votos a favor 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PAN e 23 do Partido Socialista e com 1 voto de abstenção da Iniciativa Liberal.

Tem a palavra, o Senhor Deputado Russell Sousa, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista, mais uma vez, honra a sua palavra, dada aos jovens açorianos e aos açorianos, ao apresentar mais uma proposta de alteração a este Plano e Orçamento para que os jovens que vão estudar para fora possam olhar para os Açores como um regresso seguro e que estes tenham nos Açores um futuro para eles todos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): O PS deixou isto de uma maneira que ninguém quer regressar aos Açores! Nem o Francisco César quer!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos então votar.

Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 5.6.6, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração à ação 5.6.6, foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento de uma nova ação 5.6.7, por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta 5.6.7 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 5.8.5 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A ação 5.8.5 do PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 5.8.5 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 5.8.5 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 5.9.26 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor se sentar.

Secretário: A ação 5.9.26 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com os votos contra 1 do BE, 1 do PAN e com a abstenção 23 votos do PS e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 5.13.5 por redução da dotação provisional, apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: A ação 5.13.5 do BE foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE, 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos votar o Programa 5 com as alterações que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e com os votos contra 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao Programa 6. A primeira proposta de alteração é a proposta de reforça da ação 6.4.8, por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A ação 6.4.8, apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.4.14 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.4.14 apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.4.14 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 6.4.14 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.4.15 por redução da dotação provisional, apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.4.15 apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.5.5 por redução da dotação provisional, apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor se sentar.

Secretário: A ação 6.5.5, apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN e com 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.5.6 por redução da dotação provisional, apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.5.6, apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 6.7.4 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.7.4 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.7.5 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.7.5 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado José Toste. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A proposta de alteração que será votada de seguida é uma proposta de alteração do Partido Socialista, que surge no seguimento da análise que nós fizemos a esses documentos e das propostas que fizemos junto do Governo Regional, no sentido de viabilizar este documento e, portanto, numa das nossas 11 propostas, nós tínhamos como desígnio a redução das listas de espera e, sendo consequente com esta proposta, o Partido Socialista traz a esta Câmara uma proposta de alteração aos documentos, no sentido de ser criado um programa de emergência para a recuperação das listas de espera para cirurgia, inscrevendo no Plano uma verba de 1.500000,00€ e de um aumento das listas de espera para cirurgia, que decorreram da calamidade do incêndio do HDES (Hospital do Divino Espírito

Santo), porque para situações extraordinárias é necessário um programa extraordinário.

Nós entendemos que o Plano e Orçamento contempla já um programa, que é o programa Cirurge e um programa que é o Vale Saúde, mas estes são programas para situações de normalidade.

Em 2025 nós vamos estar perante uma situação que é extraordinária e decorre de uma calamidade, cujas consequências já se denotam.

No próprio plano é afirmado que as listas de espera cirúrgicas agravaram-se 2% ao mês, desde a situação de calamidade. O tempo médio de espera agravou-se em dois meses e, portanto, é necessário perante esta situação, dar uma resposta aos açorianos e apresentar este programa extraordinário.

Este programa extraordinário visa, essencialmente, aumentar a produção dos hospitais da região e possibilitar a celebração de protocolos com unidades de saúde privada na Região e fora da Região, que permitam dar uma resposta célere aos nossos utentes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):**
Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e caros membros do Governo:

Eu estava à espera que o Senhor Deputado do Partido Socialista ...

Deputado Carlos Silva (PS): Também esperei que a senhora respondesse ontem!

A Oradora: ... aproveitasse este momento para efetivamente explicar como é que é o plano de emergência, porque efetivamente falou da redução, mas também não apontou aqui o que é que prevê que este programa de emergência venha acrescentar de novo.

E eu recordo ao Senhor Deputado que, no âmbito do Cirurge, nós temos inscritos 3.7 milhões, no âmbito do Vale Saúde são 250 milhões, no âmbito da ação HDES, que eu como tive oportunidade de dizer e o Senhor Deputado bem ouviu na Comissão e seria importantíssimo rever o vídeo da Comissão a partir do minuto 10, em que eu falo em recuperação, quer de atividade médica, quer de atividade cirúrgica e isso, curiosamente, não versa no relatório da Comissão, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: ... mas são mais 4 milhões para recuperação. E, portanto, estamos a falar de um total de, só para recuperação de atividade médica e cirúrgica, que ascende os 8 milhões de euros e, portanto, seria muito pertinente o senhor deputado explicar quais são as unidades privadas na Região, porque com capacidade para fazer recuperação de listas de espera cirúrgicas, nós já temos protocolos com eles, com exceção da CUF, mas que naturalmente poderá ser uma opção e que este Governo já tem vindo a diligenciar nesse sentido, mas gostava de saber ao pormenor o que é que prevê então este plano de emergência?

Deputado Carlos Silva (PS): Então afinal faz sentido!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Quais as especialidades? Com que valores? O que é que está incluído no pacote? E fico a aguardar as explicações do Senhor Deputado.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Agradeço a oportunidade que a Senhora Secretária me dá de aprofundar, no fundo, esta que é a nossa proposta e de demonstrar a diferença que existe entre o que é aqui proposto e o que é proposto no Plano pelo Governo Regional.

O Governo Regional propõe no Plano exatamente os mesmos instrumentos que existiam antes do incêndio do HDES, o Cirurge e o Vale Saúde e em nenhum desses programas ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O seu!

O Orador: ... a Senhora Secretária especifica quais são as especialidades, quais são os tipos de cirurgia e, portanto, exige aqui ao PS que no seu programa detalhe aquilo que o Governo não detalha.

Não obstante, é importante perceber que existe uma situação extraordinária e existe um agravamento decorrente da situação extraordinária e, portanto, nós

não podemos inscrever exatamente as mesmas verbas que estavam inscritas em 2023 e 2024 para dar resposta a uma situação extraordinária.

Relativamente ao Diagnosis, vou voltar a referir, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): O senhor explique o seu!

O Orador: ... o Diagnosis é um programa que visa apenas e só recuperar listas de espera para diagnóstico e de consultas de especialidade não cirúrgicas.

O nosso programa extraordinário visa dar resposta àqueles utentes que, em virtude do incêndio do HDES, viram o seu tempo de espera alterado e prejudicado. São esses utentes que necessitam de uma resposta, uma resposta que pode decorrer de uma produção acrescida nos outros dois hospitais da Região, porque naturalmente o HDES encontra-se numa situação de condicionamento, nós reconhecemos isso, mas também de protocolos com unidades de saúde privadas,

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Quais?

O Orador: ... dentro e fora da Região, porque existe um mecanismo da deslocação de doentes que pode perfeitamente ser utilizado para fazer deslocar doentes da Região para território continental, para realizarem uma cirurgia. E é esta verba que visa possibilitar isto, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): 1, 5 milhão

O Orador: ... possibilitar que os utentes que aguardam por uma cirurgia no HDES e nos outros hospitais da Região e que continuam a aguardar e viram o tempo de espera agravado, em virtude do incêndio, venham a ser objeto de uma cirurgia em tempo útil.

É isto que as pessoas exigem, uma resposta em tempo útil e esta é a resposta que o Partido Socialista dá.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nós já estamos habituados a que, em política vale quase tudo, mas em política não pode valer usar as dificuldades das pessoas (e eu estou há dois anos à espera de uma cirurgia, portanto, tomem bem nota disso), não se pode usar as dificuldades das pessoas, para fazer mera chicana política ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... e brincar com aquilo que nós temos de mais valioso na nossa vida, que é a saúde.

Esta proposta que o Partido Socialista aqui nos traz, não é mais do que puxar o lençol para o pescoço e deixar as pernas desprovidas de aquecimento até ao joelho. Porque não há milagres, os médicos são os mesmos, os blocos são os mesmos, não serve de nada derramar dinheiro em cima disso, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a não ser que vão buscar cirurgiões de fraca qualidade a Portugal continental para virem cá, fazer umas coisinhas, ou seja, umas hérnias, aquilo que menos interessa e que pode esperar, em vez de acudir àquilo que de facto é emergente, àquilo que é urgente e àquilo que é preciso ser feito.

É lamentável que o maior partido da oposição use esta situação, apenas derramando dinheiro, sem explicar bem como é que isto se faz. Porque isto não é exequível.

Deputado Carlos Silva (PS): Saúde não!

O Orador: Ponto final, isto não é exequível e, portanto, eu vou-me reservar de responder aos apartes. São de tão baixo nível e de tão fraca qualidade. Já ontem,

da bancada do Governo eu me reservei o direito de não responder a apertes. Hoje, é da bancada do Partido Socialista, temos pena.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

É só para dar nota que, efetivamente, aquilo a que assistimos aqui não foi, de facto, a explicação deste plano de emergência, o que é de lamentar. Seria importante, no mínimo, dizer que aquilo que o Partido Socialista pretende numa fase inicial é, pelo menos, recuperar os níveis de atividades que existiam antes do incêndio. Isso já seria um começo. Não sabemos sequer quantas salas de bloco operatório temos disponíveis para fazer cumprir esse plano e, portanto, claramente ficou aqui por dizer como é que será implementado este plano de emergência.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, os qualificativos quanto à proposta do Partido Socialista ficam com quem os produz. Nós não nos revemos naquilo que o senhor disse, nem a proposta que apresentamos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Qual proposta, isso é uma ideia!

A Oradora: A propósito da proposta que apresentamos, temos a dizer que é uma proposta, não só necessária, válida e responsável. Nós temos todos a consciência da gravidade que os atrasos nos diagnósticos e nas realizações das respetivas cirurgias causam na saúde dos açorianos.

Esta proposta é, não só, como já disse, necessária, como responsável e foi por isso e munido dessa vontade, que o Partido Socialista apresenta esta proposta, no sentido de que ela, sendo aprovada, possa de facto beneficiar a saúde de todos aqueles que necessitam de uma intervenção.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Devo justificar o sentido de voto do Bloco de Esquerda nesta proposta, porque efetivamente é necessário haver mais recursos, haver medidas extraordinárias para recuperar e para acelerar a produção cirúrgica, para responder às necessidades dos utentes no Serviço Regional de Saúde e aquilo que divide o Partido Socialista do Governo sobre esta matéria, não é a proposta, é a autoria da proposta, porque, como disse a Senhora Secretária, o Governo está a fazer e vai fazer o mesmo que propõe o Partido Socialista.

Da parte do Bloco de Esquerda, nós não podemos acompanhar a proposta, porque discordamos de um ponto que é efetivamente o recurso a privados, para

fazer aquilo que o Serviço Regional de Saúde tem que fazer, aquilo que o Governo deve fazer, que é reabrir o hospital de Ponta Delgada, responder pelos utentes, reabrir todas as salas do bloco operatório, reforçar os recursos humanos para recuperar aquilo que está por fazer. Esse é que é o caminho.

Contratar à CUF ou a outros privados será levar cirurgiões, médicos do Serviço Regional de Saúde para fazerem o mesmo trabalho na CUF, pagos, obviamente a peso de ouro, grande parte desse dinheiro para os lucros dessa desse grupo privado de saúde.

Esse é um caminho de destruição do Serviço Regional de Saúde e nós não podemos acompanhar.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): É preciso muita água benta!

Presidente: Senhor Deputado António Lima, obrigado pela intervenção.

Senhora Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Senhor Presidente, obrigada.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta proposta que a bancada do grupo parlamentar do PS nos traz em nada é coerente com aquilo que já foi um voto anunciado contra o Plano e o Orçamento.

Efetivamente, com esta proposta a bancada do PS vota contra o reforço de 50.000.000€, vota contra uma verba inscrita de 15.000.000€ para fazer face às despesas, resultado da calamidade do HDES, aponta um caminho que não define critérios, mostra um total desconhecimento daquilo que é a realidade ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... neste momento e da capacidade instalada neste momento para dar resposta e, portanto, mais uma vez é uma medida apenas para constar, como outras tantas a que já nos habituaram.

Obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Vamos então passar à votação da proposta de aditamento da nova ação 6.7.5 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.7.5 apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de reforço da ação 6.9.4 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O senhor está com má cara, Senhor Secretário. Devia ver o que é que se passa consigo. Está com uma carinha de desagradado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Mas qual é o Secretário?

O Orador: O senhor! Eu acho que está um bocado indisposto.

Nós aqui também cumprimos uma promessa que tínhamos feito às amas e dentro daquilo, ao contrário do que se diz do Chega, nós achamos que deve-se aumentar a rede e achamos que a rede de amas é uma boa solução.

Construir creches é um encargo grande para a Região e o aumento da rede de amas pode ser uma solução, porque em relação a estas coisas, nunca temos certezas absolutas.

Agora também queria pedir desculpa, porque realmente o Bloco de Esquerda e o PS têm dito que o Chega quer deixar as crianças no lado de fora das creches e realmente eles têm razão, mas só queremos deixar uma, só uma criança é que vá ficar do lado de fora das creches: Francisco César.

(Risos do Deputado Francisco Lima (CH))

É a única que queremos deixar no lado fora da creche. O resto não queremos. Tanto não queremos que está aqui, nós queremos aumentar a rede de amas. Eu até ia trazer uma chucha mas não tive tempo... É à moda antiga, é pôr o dedinho na boca, porque a política de infantilidade não é para mim, é para outros e esses outros estão em Lisboa, que nem aqui estão sentados. Isso para não falarmos do que vamos falar, da subvenção aos partidos. Qual é a preocupação? A preocupação deste novo Partido Socialista, que quer qualquer coisa nova para os Açores. Está aqui a coisa nova, é aumentar a subvenção aos partidos.

Ó meus amigos, a política com mentiras nunca chegou a lado nenhum. O povo não se deixa enganar. Pode-se enganar um dia, dois, mas ao terceiro dias eles dizem: “ó meus amigos, daqui para fora”.

Senhor Presidente, é o que faz ter tempo a mais.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, só para dizer claramente que política de infantilidade foi o que acabamos de assistir. Isso sim é lamentável. Num assunto tão importante como o acesso a creche e o alargamento da rede de amas ...

(Apartes impercetíveis)

O Orador: O senhor vai ouvir ou não vai ouvir?

Deputado José Pacheco (CH): Não quero ouvir! Do PS não quero ouvir nada!

O Orador: Eu vou repetir o que disse. Falar em política de infantilidade foi exatamente o que o Senhor Deputado José Pacheco, do Chega, fez. Perante um assunto tão importante como o alargamento da rede de amas e o acesso a creche, a sua postura diz muito sobre si e o seu partido.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Pacheco (CH): Comunismo nunca mais, mesmo que ele seja fofinho!

Presidente: Vamos votar.

Está à votação a proposta de reforço de ação 6.9.4 por redução da dotação provisional, proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os seus Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.9.4, apresentada pelo Chega foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Senhora Deputada Andreia Cardoso tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Eu intervenho a propósito das três próximas propostas do Partido Socialista e que dizem respeito a políticas em matéria de infância, nomeadamente ao reforço da rede de amas, ao reforço de vagas em creche e com um exemplo concreto no concelho da Ribeira Grande.

O Partido Socialista, como é sabido, em julho, teve a oportunidade de transmitir a intenção de promover um conjunto de iniciativas, com vista ao reforço da oferta de vagas em creche e na rede de amas.

Apresentámos em setembro, conforme nos comprometemos, uma alteração legislativa ao Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime de instalação e funcionamento da rede de amas e, nesse sentido, essa proposta de decreto legislativo regional propõe algumas alterações ao regime atualmente em vigor.

A primeira das quais tem a ver com a alteração do enquadramento laboral das amas, propriamente ditas. A segunda tem a ver com a criação de um sistema de apoio à instalação das amas, nomeadamente no que concerne aos apoios à remodelação da própria habitação, à adequação às condições necessárias ao estabelecimento das amas e também à aquisição de material lúdico e pedagógico para o funcionamento dessas creches familiares.

Entendemos também e isso é mais do que sabido, que, para o Partido Socialista, as creches são não só um apoio social, como já uma componente educativa importante e são fatores decisivos para o combate às desigualdades sociais e para a promoção do sucesso também educativo futuro das crianças.

Nesse sentido, entendemos que é fundamental o reforço deste tipo de respostas na Região no seu todo, mas particularmente nas comunidades onde se sente com mais acuidade a situação da pobreza e da exclusão social e, por isso, apresentamos aqui uma iniciativa concreta de construção de uma creche do centro de apoio social e de acolhimento Bernardo Silveira Estrela, na Ribeira Grande, um projeto que teve e tem o apoio da Câmara Municipal, existe terreno disponível e pré-projeto. Aliás, vários dos deputados aqui presentes tiveram oportunidade de presenciar uma apresentação da própria instituição.

Por fim, e porque entendemos que esta é uma situação com urgência, entendemos que deve ser feito um levantamento das possibilidades de alargamento imediato de algumas das respostas sociais. Não é só colocar mais crianças em sala, é fundamental também garantir o alargamento urgente da capacidade de resposta e, por isso, apresentamos também uma proposta nesse sentido.

Para nós, esta não é uma questão menor, esta é uma questão essencial. Esta é uma questão de direitos das crianças e, por isso, entendemos, e ontem tive a oportunidade aqui de transmitir que a questão da necessidade de respostas nesta área não se resolve excluindo crianças do acesso a este tipo de respostas, mas garantindo um aumento das respostas disponíveis.

E, é nesse sentido, que o Partido Socialista, de forma responsável, apresentou estas propostas ao Senhor Presidente do Governo e teve como resposta que não seriam prioritárias e que, portanto, as propostas seriam rejeitadas.

E, foi nesse sentido, que ontem o Partido Socialista avançou com as posições que aqui foram de todos conhecidas.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Eu estou em crer que a proposta 6.9.4 do Partido Socialista ficou prejudicada pela votação anterior, mas relativamente à proposta do projeto de ampliação da rede de creche ATL do Casa, nós iremos dar o nosso voto favorável, porque estas propostas que iremos dar voto favorável, não só esta, mas outras do Partido Socialista e também do Pessoas Animais e Natureza vêm ao encontro daquilo que é, não só o programa do Governo, mas também as orientações a médio prazo e aquela que é a estratégia do Governo para o desenvolvimento da Região.

Outras propostas que não poderemos aprovar, porque elas não trazem novidade, elas limitam-se apenas a criar algum fator de declaração política, de intenção política mas, de facto, por um lado, algumas não acrescentam a este Plano e Orçamento nada de novo e outras, simplesmente, limitam-se a afirmar uma opção política.

É lamentável é que a Senhora Deputada Andreia Cardoso queira hoje aqui, à semelhança daquilo que o PS gosta de fazer, reescrever a História.

Ontem, o Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar foram apanhados de surpresa pela afirmação vinda de Lisboa de que iam votar contra o Plano e Orçamento para este ano.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

O Orador: Não só por uma determinação vinda de Lisboa, mas vinda através das redes sociais (o que ainda é mais caricato e curioso) e hoje tenta reescrever a História procurando aqui encontrar uma desculpa para o Partido Socialista ser contra um Plano e um Orçamento que são favoráveis aos açorianos, são importantes para os Açores, inclusivamente a estabilidade que promovem traz mais desenvolvimento à Região e é lamentável que tenham um líder que em Lisboa obedece a Pedro Nuno Santos e vota como lhe é indicado e não seja capaz de ter uma afirmação de coerência relativamente aos Açores e de votar a favor dos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado João Bruto da Costa.

Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):

Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, caros membros do Governo:

Em relação a esta matéria, o Governo Regional já definiu que o nosso objetivo é garantir que até ao final da legislatura, todas as crianças tenham um lugar em creche e é para isso que temos vindo a trabalhar de forma contínua e os números falam por si e, portanto, não deixa de ser caricato que a Senhora Deputada Andreia Cardoso venha agora tentar colocar o Partido Socialista como líder desta corrida, quando os números falam por si de forma muito clara. Se em 2020 existiam 2894 lugares em creche, em setembro de 2024 nós temos 3699 lugares em creche.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

São mais 805 lugares em 2024, do que em 2020. E, se formos recuar a 2019, são mais 923 lugares, no último ano em que o Partido Socialista foi Governo nesta Região, sem qualquer tipo de interferência.

E, portanto, Senhora Deputada Andreia Cardoso, em relação esse assunto, fica aqui muito claro que o Governo está a trabalhar para cumprir o seu objetivo.

Ainda mais, vem aqui falar do aumento de lugares nas salas, quando foi o Governo do Partido Socialista, na República, que definiu o aumento de lugares nas salas em creche.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Essa é uma responsabilidade que não assiste a este Governo e, portanto, fica aqui muito claro a nossa preocupação, o nosso empenho em garantir que todas as crianças tenham um lugar em creche de forma gratuita e posso aqui reafirmar que isto representa uma poupança para as famílias dos Açores na ordem dos quatro milhões de euros por ano.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu, o que lamento, Senhor Deputado João Bruto da Costa, é que Vossa Excelência tente reescrever a história, mas terá oportunidade com certeza e é falta de comunicação do Senhor Presidente do Governo consigo, mas ele terá oportunidade de o esclarecer, de qualquer maneira eu vou dar o meu modesto contributo.

O Senhor Presidente do Governo recebeu, em setembro, o PS em audiência e nós temos a oportunidade de apresentar 11 propostas. Depois disto, sábado passado, tivemos a oportunidade de apresentar as propostas que foram concretizadas aqui na Assembleia, entregues previamente ao Senhor Presidente do Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Previamente, quando?

A Oradora: Sábado, quando o Senhor Presidente do Governo nos pediu que nós entregássemos e nós cumprimos e, portanto, entregamos no sábado que foi a data que o Senhor Presidente pediu que fizéssemos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Afinal as propostas só vieram sábado!

A Oradora: E sábado, quando o Senhor Presidente teve a oportunidade de avaliá-las e ontem, antes de almoço, o Senhor Presidente do Governo respondeu ao Partido Socialista e respondendo ao Partido Socialista, disse que viabilizaria duas das propostas apresentadas e foi então, depois disso, que o PS teve a oportunidade de transmitir ou de reafirmar aquilo que já tinha dito. Perante o chumbo das propostas do PS, nós não teríamos condições de viabilizar o Orçamento e o Plano apresentados.

Consistência e coerência, desde o primeiro momento, tivemos disponibilidade para negociar, o Senhor Presidente contactou-nos na quinta-feira, pediu-nos que entregássemos a proposta até sábado. Nós cumprimos aquilo que nos foi pedido

e ontem o Senhor Presidente do Governo teve a oportunidade de responder dizendo que viabilizaria apenas duas, das 20 propostas apresentadas.

Portanto, Senhor Deputado João Bruto da Costa, não há história para escrever que não esta, que é única e exclusiva.

Depois, em relação àquilo que aqui foi dito. Incoerência é votar contra, como os senhores fizeram, um plano de emergência no setor da saúde, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Qual plano de emergência?

A Oradora: ... mas agora viabilizar uma única proposta que tem a ver com uma iniciativa específica para o concelho da Ribeira Grande. Isso sim, Senhor Deputado, é que é incoerência, porque se há necessidade de reforço de vagas, não é exclusivamente na Ribeira Grande. Nós claro que apresentamos essa proposta sinalizando uma necessidade, mas como disse aqui, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E as outras? O PS não tem propostas para as outras?

A Oradora: ... há também um programa específico de criação de respostas urgentes na área de creche, amas e jardim de infância e que os senhores já transmitiram que vão rejeitar, portanto, haja coerência, não há incoerência nenhuma do Partido Socialista. A incoerência aqui é revelada, única e exclusivamente, por Vossa Excelência. Aliás, até recomendava que lesse a resposta que foi dada pelo próprio Governo a propósito da taxa de cobertura de creches na Região Autónoma dos Açores e perceberia exatamente aquilo que nós nos estamos a referir.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice- Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Se havia melhor oportunidade para demonstrar que o PS gosta de ser o único dono da verdade, a senhora acabou de comprovar porque é que é assim. Porque não há outra história, só há a nossa. Só a nossa história é que conta, só a nossa história é que é verdadeira.

Ó Senhora Deputada, deu-lhes uma febre de sábado à noite. É verdade, tiveram uma febre de sábado à noite, andaram durante dois meses a dizer que tinham umas ideias que não concretizavam em propostas.

Foi-lhes pedido, por tudo, para que façam propostas, pelo menos, que as ideias se transformassem em propostas.

Afinal, a senhora achou que a história era só uma. Mas, Senhora Deputada, eu tenho que lhe voltar a relembrar, porque já relembrei uma vez, que foi o Partido Socialista que excluiu crianças das creches. Não foi mais ninguém. Foi o Partido Socialista que criou uma legislação que praticamente só permitia integrar nas creches, os filhos daqueles que trabalhavam. Mais ninguém, era preciso estar empregado para poder deixar filhos nas creches.

Os senhores é que criaram legislação que discriminava pessoas, não incluía. Nós, o que estamos a fazer é incluir toda a gente, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... a tornar as creches gratuitas, a pôr mais crianças em creches, a tornar o acesso universal. Além disso, pagava-se para ir às creches e agora não se paga, são gratuitas. Todas as crianças não pagam para ter direito a creche.

E, portanto, Senhora Deputada, nós, coerentemente, não abdicamos daquilo que é fundamental, que é defender o que foi aprovado em termos de Programa de Governo e aquela que foi a proposta que os açorianos sufragaram...

Deputado Carlos Silva (PS): Do Chega! Excluir crianças!

O Orador: ...para votar favoravelmente esta mudança que queremos fazer nos Açores.

Estamos a trabalhar para concretizar esses objetivos, não obstante as dificuldades que nos foram criadas no passado recente pelos governos do Partido Socialista na República.

Os senhores acham que deve ser continuamente a República a dar ordens ao Partido Socialista dos Açores. Fazem muito bem, mas não tente reescrever aquilo que se passou aqui ontem, que foi os senhores quererem fazer das declarações finais, um momento em que queriam dar protagonismo a Lisboa e não aos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que toda a gente percebeu, toda a gente assistiu, toda a gente viu que foi assim que se passou. Os senhores nem sequer sabiam que iam votar contra o Plano e Orçamento para 2025.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Os senhores não estavam informados, fomos nós, infelizmente, que os tivemos que informar, porque consultámos primeiro as redes sociais.

Portanto, Senhora Deputada, o que estamos aqui a fazer é com seriedade, muita seriedade, ...

Deputado José Ávila (PS): O senhor é sério!

O Orador: ... a votar favoravelmente, na nossa opinião, aquilo que vai ao encontro de uma melhoria efetiva destas propostas que estamos a discutir e não para sinalizar ideias do PS, que são propostas do PS e que, inclusivamente a senhora nem teve coragem de dizer que eram propostas boas para os açorianos. Eram só propostas boas para o discurso político do Partido Socialista. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu ia precisamente dizer aquilo que o Senhor Deputado Bruto da Costa acabou de arrematar na sua intervenção, mas acrescentaria ainda mais umas coisinhas. Eu tenho aqui uma grelha de votações, como é óbvio e já tinha aqui a verde uma série de propostas do Partido Socialista. Já me levou a alterar o sentido de voto numa ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olha que pena! Faz cá uma diferença!

O Orador: ... e a pobreza de argumentário que a Senhora Deputada Andreia Cardoso há pouco utilizou quase que me levava, não fosse eu conhecer a realidade da casa, a realidade do concelho da Ribeira Grande, quase que me levava a votar contra essa proposta de alteração que aqui tem, porque até parece que o Partido Socialista apresentou propostas de alteração, com vontade que nós chumbássemos tudo para que fossem dizer às entidades: “olha lá, eles não quiseram”. E nós andamos aqui a fazer um esforço sério.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Quando levo palmas do Partido Social Democrata fico um bocadinho arrepiado.

(Risos)

Vou só dar uma nota muito pessoal. A minha aplicação de monitorização do sono diz que o sono foi fraquíssimo, apenas 3 horas e 2 minutos, dos quais 20 minutos de sono profundo, portanto, esta grelha deu muito trabalho a fazer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ou a grelha, ou a consciência!

O Orador: Estas propostas de alteração que entraram ontem deram muito trabalho a analisar. Não era para chegar aqui e chumbar tudo e votar assim de qualquer maneira. Estas coisas, para que as pessoas percebam lá em casa, dão trabalho.

Eu, quando olho algumas dessas propostas de alteração, eu penso no Senhor Diretor Regional do Orçamento. Eu penso nos níveis de endividamento da Região Autónoma dos Açores. E não penso só no bem-estar de alguns, penso no bem-estar global dos habitantes da Região Autónoma dos Açores. E estas jogatanas de votações não podem continuar, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas quais jogatanas?!

O Orador: ... senão nós estamos a dar aqui um indicador para os nossos eleitores, para os nossos concidadãos de que não somos dignos representantes deles próprios, de que não estamos aqui a trabalhar para eles todos. Que estamos aqui só a tentar ganhos políticos e ganhos eleitorais de baixa monta, do tipo ganhar as boas graças da direção de uma certa instituição, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ora bem!

O Orador: ... ou de um resquício de votos de um certo concelho dos Açores. Não podemos trabalhar assim. Temos que trabalhar com outra seriedade e com outra dedicação.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

O Orador: Este Plano e este Orçamento não merecem o voto favorável da Iniciativa Liberal, não mereceram propostas de alteração, porque para o fazer, tinha que ter sido feito a motosserra. Mas, não é por isso que deixaremos de fazer uma análise profunda desse diploma, dos seus itens, de todos os seus artigos, de todas as suas ações e votar conscientemente aquilo que deve ser votado.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor é o único que faz isso?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhores.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O silêncio do Senhor Presidente do Governo é, com certeza, a confirmação de que tudo aquilo que eu tive a oportunidade de transmitir, corresponde à exata verdade dos factos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso não é para si, Sra. Deputada!

A Oradora: Eu também queria dizer que as 11 propostas que apresentamos, como tivemos oportunidade de dizer, visam minimizar aquilo que são os problemas apresentados por este Orçamento, mas sobretudo responder a necessidades efetivas e reais que os açorianos, as empresas, as famílias, as instituições apresentam todos os dias e a nós nos transmitem todos os dias.

Foi com este sentido de compromisso que o Partido Socialista se apresentou neste debate e foi com este sentido de compromisso que o que o Partido Socialista apresentou todas e cada uma das propostas.

Se alguns optam por argumentário revelador de desonestidade política, fazendo crer que algumas das propostas têm a ver com os representantes das instituições, ou o que quer que seja, pois eu acredito que essas afirmações fiquem com quem as produz e vou, a partir de agora, ter em atenção que todas as propostas que alguns partidos aqui apresentarem poderão ter por detrás disso, com certeza, preocupações dessa natureza.

Não é isso que nos move Senhoras e Senhores Deputados, o que nos move são as reais necessidades dos Açores e dos açorianos.

Tivemos oportunidade de dizer que este Orçamento não é, nem será o Orçamento do Partido Socialista, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Ainda bem!

A Oradora: ... mas assumimos a responsabilidade de, com as nossas propostas, tentar melhorar e dar respostas àquilo que são os anseios dos açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu até fico com pena de não ter trazido uma gravata cor-de-rosa. Era a única coisa cor-de-rosa de que eu ia gostar aqui dentro, mas pronto, não trouxe.

Vamos à história. Esta técnica é velha, vem do tempo dos Romanos. E o que é que havia nos Romanos? O César, que dava lugar a César. E depois havia o Vascus, o Brutus. Já não sei. Havia um qualquer no meio disso tudo.

Senhores, eu ouço constantemente a *àfincadelazinha* das creches, ficam pessoas de fora. Os açorianos já perceberam que os senhores estão a mentir. Os açorianos já perceberam que, se não fosse o Chega, as crianças ficavam de fora. As crianças, cujos pais trabalham, porque os senhores encheram as creches com o vosso eleitorado, que nem vota em vós, porque se votassem em vós, vocês estavam no poder, mas não estão.

Deputado Berto Messias (PS): Ó Pacheco, tanta asneira!

O Orador: Esta história de chegar com 11 propostas vagas: melhor habitação, melhores condições para a lavoura, melhores condições para as pescas, melhores professores.

Isso é fácil de dizer, isso é muito fácil de dizer. Brutus!

É aquela conversa que *à mulher de César não basta parecer, tem que ser séria*. Isto aqui há uma falta de seriedade muito grande e depois ficaram no sábado de mãozinhas postas à espera do Governo: “*vocês podem apresentar propostas, diz o Governo. Ah, se calhar.*” E, depois, apresentam propostas, *vamos por essa que é para eles chumbarem*. Açorianos, ouçam isto. *Vamos pôr esta proposta para eles chumbarem e a gente fazer escárnio deles. Oh, estão votando contra as ama, estão votando contra o não sei quê, estão votando contra o meu amigo, a quem eu dei o tacho*. Desculpa, essa não era para dizer!

Esse tempo acabou, porque os açorianos, não fomos nós, os açorianos, é que disseram: *olho da rua*. O Chega, o IL, o PAN, o Bloco de Esquerda nunca foram Governo na Região, mas os senhores foram.

É muito bonito chegar a esta Assembleia, propor tudo e um par de botas, de uma forma infantil e dizer que a culpa é deles.

Os senhores tiveram 24 anos para provar que conseguiam. Não conseguiram: olho da rua! E é assim que deve ser e até não precisa demorar 24 anos, de quatro em quatro anos, não presta: rua! É assim que o meu povo açoriano devia fazer. Quem não sabe gerir, olho da rua! Democracia é isto, não é comprando votos e ainda falta aqui um *deputadozinho*, que a gente um dia vai todos conversar.

Até já.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Deputada Inês Sá (PS): Medo!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado

Senhora Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

Tem a palavra, 3 minutos.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** *protesto*

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Diz o Senhor Deputado José Pacheco que o Partido Socialista encheu as creches com o seu eleitorado e, com o respeito que tem, sai da sala. Este é o parceiro que o Governo escolheu.

Eu vou relembrar que os utilizadores das creches, Senhor Presidente, são crianças entre os cinco meses e os três anos de idade. Crianças que, independentemente das condições laborais ou sociais dos pais, têm todas igualdade de direito de acesso a este tipo de respostas sociais.

As afirmações que o Senhor Deputado José Pacheco produziu agora, produziu ontem, produziu no mês passado a este propósito, são indignas deste Parlamento.

E são indignas de que um qualquer governo se sujeite ao apoio de um partido que as produz.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Bom, creio que o Senhor Deputado José Pacheco não estava na sala. Não sei se quer fazer o contraprotesto, mas não estando, não tendo ouvido, não sei se outro membro da bancada quer usar da palavra.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Há coisas que já não merecem resposta, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Secretário Regional, pede a palavra para uma intervenção?

(Pausa)

Para uma intervenção faça favor, Senhor Deputado, Senhor Secretário, peço desculpa.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Não faz mal, foram muitos anos, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente e Membros do Governo:

É tenho que lavrar aqui um protesto, em relação à intervenção que foi realizada pela líder parlamentar do Partido Socialista, que utilizou a figura regimental para protestar, em relação às afirmações produzidas por um outro deputado e

que aproveitou essa figura regimental para se dirigir ao Governo de forma incorreta.

Portanto, eu quero lavrar aqui o meu protesto em relação a essa atitude que, no fundo, demonstra ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Deselegante!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Não foi nada deselegante!

O Orador: ... depois o seguinte, é que, se considera que uma determinada intervenção é acintosa, mas depois, nessa mesma intervenção, em que se queixa desse tipo e dessa natureza de intervenção, faz a mesma coisa porque faz uma intervenção acintosa em relação ao Governo e, portanto, isso não é aceitável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Vamos continuar. Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faz favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Senhora Deputada Andreia Cardoso, realmente é de estranhar que o Partido Socialista, que governou durante 24 anos e a Senhora Deputada com responsabilidades acrescidas nesta matéria das creches, antes, durante os 24 anos, pelos vistos, este assunto não era uma prioridade. Curiosamente, o Partido Socialista passa para a oposição e agora é que este assunto é uma prioridade.

Senhora Deputada, bem-vinda a esta corrida, o Governo está cá há quatro anos e em quatro anos, conseguiu muito, do que aquilo que vocês não conseguiram

durante 24 anos e, portanto, teremos sempre de lembrar 923 lugares a mais em creche ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... comparativamente a 2019, quando a Senhora Deputada tinha efetivamente responsabilidades acrescidas na matéria.

E, para terminar, só gostaria de realçar e de reafirmar o nosso compromisso, que até ao final da legislatura, aquilo que este Governo vai trabalhar afincadamente é de garantir efetivamente a gratuitidade em creche para todas as crianças da Região.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estevão*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Vamos continuar as votações.

A última votação que fizemos foi de reforço da ação 6.9.4. O Partido Socialista propõe o mesmo reforço. Portanto, a proposta está prejudicada, a mesma ação.

(Aparte inaudível)

O Orador: Esse tem sido sempre o nosso entendimento, sempre em todos os planos e orçamentos.

Não, Eu não sou soberano.

O Plenário é soberano, há sempre os mecanismos próprios. A Mesa entende que a proposta está prejudicada, se alguém entende o contrário deve recorrer para o Plenário.

Alguém quer contestar esta decisão da Mesa?

(Pausa)

Vamos então passar à votação da proposta de aditamento da nova ação 6.9.23 por redução da dotação provisional, é uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação, 6.9.23 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 5 votos contra o Chega.

Presidente: Votamos agora a proposta de aditamento da nova ação 6.9.24 por redução da dotação prisional. Uma proposta também efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN e com 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Próxima proposta de alteração é uma proposta de aditamento de uma nova ação 6.10.14 por redução da dotação provisional. É uma proposta efetuada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os seus Deputados que votam contra façam, o favor de se sentar.

Secretário: A ação 6.10.14 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra, o Senhor Deputado Russel Sousa, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Russel Sousa (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista, mais uma vez, cumpre a sua palavra que deu aos jovens açorianos, aos jovens estudantes deslocados, propondo um apoio às despesas de alojamento aos alunos do ensino superior, que permite que estes alunos possam estudar sem qualquer problema e não tenham problemas em ter preços de habitação elevados, porque o Governo Regional dos Açores estará e o PS estará ao lado deles para que eles possam estudar.

Vejo aqui o deputado jovem, Luís Raposo, a acenar com a cabeça a dizer que não. Suponho que vá votar contra um apoio que é importantíssimo para os jovens açorianos que vão estudar e que têm que trabalhar e estudar para conseguir estudar e ter formação nos Açores.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Votou contra o orçamento!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Luís Raposo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Está claro, à data de hoje e depois das votações anunciadas no início, que o Partido Socialista confirma a dificuldade que veio a este debate.

Não se sabe se segue as orientações do part time de Lisboa, ou se segue as orientações de um passado recente ... [impercetível].

No que concerne à hipocrisia política, o Partido Socialista teve a oportunidade de ontem de falar sobre juventude e passou, de forma leviana, logo para a área de habitação.

E, no que concerne esta matéria, eu quero dizer que o problema da juventude há quatro anos que já está identificado. O Senhor Presidente do Governo teve um plano para a juventude, por isso é que está sentado naquela fila.

À data de hoje, quero-vos dizer o seguinte, a propósito dos estudantes deslocados, que o Partido Socialista gosta muito de encher a boca com os estudantes deslocados, eu quero recordar aqui uma situação. Foi o Deputado Vasco Cordeiro que pediu aos jovens açorianos para ficarem no continente perante um período de incerteza e eu fui um deles, Senhor Deputado, por isso, falo com conhecimento de causa e o senhor sempre esteve contra os jovens deslocados, tanto eu, como mais de 2000 jovens que ficaram no continente.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Esta maneira leviana de vir prometer o que está a ser feito, não cola e os estudantes deslocados sabem e os estudantes que ficam nos Açores também.

A própria reitora da Universidade dos Açores já reconheceu que os incentivos são claros e bons. O Presidente da Associação Académica da Universidade dos Açores, também o próprio, já disse que está bom de apoios, é gerir o que temos. E eu quero relembrar, o prémio de ingresso no ensino superior, bolsas de estudo, apoio às propinas e ainda vou mais além, este Governo vai devolver o valor do IRS e o valor das propinas aos jovens açorianos que se comprometam a ficar cinco anos na nossa Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Senhor Deputado Russell, desafio a afirmar-se perante o que fez no Conselho de Juventude e o que agora quer reescrever no Parlamento.

Os jovens açorianos sabem com quem é que podem contar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos passar à votação.

Está a votação a proposta de aditamento de uma nova ação 6.13.20 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A ação 6.13.20 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e com 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 6 com as propostas que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e com 23 votos contra do PS, 1 do BE, 1 da IL e com 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Vamos avançar para o Programa 7.

(Pausa)

A primeira proposta de alteração apresentada pela Representação Parlamentar do PAN do reforço da ação 7.1.2 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.1.2 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de reforço da ação 7.1.18 por redução da dotação provisional, é uma proposta efetuada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.1.18 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP e 1 do PPM. Com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.1.28 por redução da dotação provisional. É uma proposta também da iniciativa do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.1.28 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL. Com os votos a favor 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 7.2.4 por redução da dotação provisional, uma proposta efetuada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta 7.2.4 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor 23 do PS e 1 do PAN e com 5 votos de abstenção do Chega.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Eu solicitava um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Podemos acabar esta votação, Senhor Deputado?

Vamos votar esta proposta de reforço à ação 7.2.4 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.4 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Portanto, vamos então cumprir o intervalo regimental de 15 minutos, regressamos às 12 horas e 27 minutos.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, nem precisamos de 15, disse 15 por causa do Regimento.

Precisamos de 5 minutos, para não atrasar os trabalhos.

Presidente: Regressamos às 12 horas e 20 minutos.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 19 minutos.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Solicitamos à Mesa a repetição da última votação, que é a 7.2.4, se faz favor.

Presidente: Vamos repetir a votação, a pedido do Senhor Deputado José Pacheco.

Vamos então votar novamente a proposta efetuada pelo PAN de reforço da ação 7.2.4 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Ação 7.2.4 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e com a abstenção de 5 votos do Chega.

Presidente: Próxima proposta também é do PAN é a proposta de reforço da ação 7.2.32 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.32 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 7.2.33, por redução da dotação provisional, proposta do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta 7.2.33 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Colocamos à votação a proposta de reforço da ação 7.2.33 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 7.2.33 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.34 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os seus Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.34 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.34 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.34 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN e 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Tem a palavra a Senhora Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sem agricultura, não há agricultores e é sobre este desígnio que o Partido Socialista apresenta três propostas de alteração ao Plano e Orçamento para 2025.

Apostar nos jovens agricultores, tem de deixar de ser apenas uma intenção e passar a ser realmente uma prioridade estratégica.

Sem jovens agricultores, nós não teremos agricultores que assegurem este futuro, que nós tanto desejamos para a nossa agricultura.

E mais do que um apoio financeiro, é necessário criar condições para que estes jovens consigam ter perspetivas de futuro e consigamos que, tanto aqueles que

já estão instalados, queiram continuar no setor, permitindo também que outros jovens queiram também entrar neste setor. Daí que o Partido Socialista apresenta o programa de rejuvenescimento para a agricultura dos Açores,.

A par de novos agricultores, o Partido Socialista também entende que há outros dois elementos que são fundamentais assegurar para este futuro: terra e água. Nesse sentido, apresentamos o Plano Estratégico para a Agricultura Regenerativa dos Açores, um plano que visa adotar práticas de restauro aos solos, que protegem os recursos naturais e, assim, a par, os próprios agricultores também poderão diminuir os seus custos de produção e ver assim melhorias no seu rendimento.

Da mesma forma, apresentamos o Plano Azul, segurança hídrica para agricultura açoriana, que surge como uma resposta à crescente necessidade de garantir o abastecimento de água para a lavoura nos Açores, especialmente diante dos desafios impostos pela seca e pelas mudanças climáticas, como foi o exemplo do presente ano de 2024.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Ora, o PS traz-nos aqui três propostas que são três mãos vazias. Três mãos vazias, porque são qualificações e não quantificações e vamos a elas.

Relativamente à agricultura regenerativa, sim, nós já tínhamos anunciado em março, no Congresso da Agricultura Regenerativa, que essa agricultura, como a sintrópica, vão fazer parte do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum), nada de novo, não nos traz nada de novo. Portanto, a biológica, a regenerativa, a sintrópica vão fazer parte do novo Plano Estratégico da Política agrícola comum e, portanto, chegam tarde àquilo que é a vossa proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, relativamente aos jovens agricultores, nós não sabemos é atirar dinheiro para cima do problema.

Ora, nós também já anunciamos que o PEPAC é diferente do PRORURAL+. Se o PS estivesse preocupado com o rejuvenescimento agrícola, tinha aumentado os prémios da instalação, quer a tempo inteiro e criado uma nova ação a tempo parcial, como nós o fizemos, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

... fazendo um verdadeiro convite aos jovens. Nós aumentamos os prémios de 40 para 55 mil a instalação e criamos um prémio a tempo parcial à complementaridade do jovem, que pode ter um rendimento da agricultura de 15.000 euros.

E mais, criamos um prémio à instalação, também de empresas em meio rural, no valor de 18000 euros. Nada disto foi feito pelo PS.

Agora sim, esses 300.000 euros deviam ter sido utilizados para acabar com os rateiros, era um contributo. Sim, deviam ter pensado, era no passado. Estes 300.000 euros deviam ser utilizados durante 24 anos para contribuir para o corte que fizeram aos jovens agricultores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, qual é que é a consciência política do partido que cortou, durante 24 anos, nos apoios aos jovens agricultores e agora cria uma ação para dar dinheiro aos jovens agricultores? Bom, há qualquer coisa aqui de desequilíbrio, de consciência e desequilíbrio.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhora Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, mais uma vez, nos seus discursos cabe tudo, na ação é que cabe muito pouco.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A senhora em que mundo é que anda?

A Oradora: Porque na verdade é que no Plano e Orçamento não há uma única referência, quer a jovens agricultores, quer à agricultura regenerativa e quer à segurança hídrica para as nossas explorações.

Mas lá está, o seu Secretário continua é focado e presente no passado, enquanto o Partido Socialista está de olhos postos no futuro.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Secretário Regional da Agricultura, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (*António Ventura*):

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

A Senhora Deputada Patrícia Miranda acabou de dizer que o PS não tem passado. Não existe, de hoje para trás, não existe o PS. Não governou, não tem história, não tem fundação, não tem líderes, não tem nada, portanto o que governou não interessa, o que interessa é daqui para a frente. Quando tanto prejudicaram os açorianos que se dedicaram à terra, quanto tanto prejudicaram por falta de ideias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Por corte nos apoios, só em 2020 cortaram 20.5 milhões de euros aos agricultores. É preciso dizer isso a cada segundo, nem sequer a cada hora, é a cada segundo, porque o PS a governar nunca mais. Eu acho que quem está ligado à terra nunca mais vai querer ver o PS a governar nessa Região depois de tanto que enganaram os agricultores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: E, depois, no Plano e Orçamento, a Senhora Deputada não leu os documentos, há uma ação de 14,5 milhões de euros que tem lá o PEPAC e o PRORURAL+, tomara que haja projetos no âmbito do investimento das explorações agrícolas, como jovens agricultores, para utilizar todo esse manancial e essa dotação que aumenta 69%, relativamente a 2024.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Sim, isso é que é uma verdadeira aposta, uma aposta de investimento.
Bom, esta coligação orgulha-se do seu passado e muito mais, orgulha-se daquilo que está a fazer para o seu futuro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhora Deputada Patrícia Miranda pede a palavra para?

(* **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Protesto, Senhor Presidente.

Presidente: Um protesto a ?

(* **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Sim, o Senhor Secretário disse que o Partido Socialista engana os agricultores, reiteradamente.

Presidente: Ó, Senhora Deputada, isso é debate político.

Eu penso que isso é uma discussão política, nós não podemos entrar por aí, porque senão nós faríamos protestos a muitas outras declarações.

(* **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Senhor Presidente, reiteradamente, o Senhor Secretário diz.

Presidente: Eu dou-lhe a palavra para uma intervenção, se quiser, mas agora tenho que dar primeiro a palavra à Senhora Deputada Catarina Cabeceiras e já lhe dou a palavra.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, quanto a esta matéria e aquelas que foram as propostas que estão agora aqui apresentadas pelo Partido Socialista e as declarações da Senhora Deputada Patrícia Miranda, eu acredito que a senhora não concorde com o que tem sido a política deste Governo, no que concerne à agricultura, é legítimo, como é óbvio, mas, também posso constatar que não tem acompanhado as matérias da agricultura, nomeadamente por parte do seu Secretário Regional, atentamente, nem leu estes documentos da forma atenta, como deveria tê-lo feito, na área da agricultura.

Primeiro porque, quando fala em os jovens e criar condições, queria-lhe perguntar: o fim dos rateios, criar previsibilidade também aos nossos jovens agricultores, não é um bom caminho, um bom instrumento para atrair os jovens para esta atividade, quando antes candidatavam-se à vaca leiteira e recebiam menos 40% do valor, por exemplo?

Outra questão, em relação à proteção dos solos que a senhora menciona. A senhora vai-me dizer que aquela aposta que tem sido feita e que continuará a ser nas culturas como o milho, como o soro nas pastagens biodiversas, não é uma aposta importante que a Região tem feito também na questão do que concerne na valorização dos solos, na recuperação dos solos?

Senhora Deputada, mais e para terminar, quanto à questão da instalação, a verdade e a Senhora que acompanha estas matérias de agricultura sabe que, neste momento, o incentivo e o prémio que será dado à primeira instalação dos nossos jovens é um prémio sem qualquer paralelo. Vai ser de 55.000 euros à primeira instalação, sem a condicionante da área, que é importante reforçar e mais, e um prémio inédito de 15.000 euros para aqueles que têm outra atividade, mas também querem se instalar na agricultura.

Isto são medidas, sim, para incentivar os jovens, para promover os jovens da nossa agricultura, porque se isto não é, o que é que seria antes?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Patrícia Miranda, faça favor tem a palavra.

(* **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, enganar os agricultores, é prometer e não cumprir, é anunciar e não pagar e os agricultores sabem quem é que os está a enganar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Senhor Secretário para usar da palavra, tem que se inscrever.

Senhor Secretário Regional tem a palavra.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):**

Muito obrigado. Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e Senhores, Membros de Governo:

Ora, quanto se anuncia um apoio a um agricultor, vamos dar um exemplo, de 500 euros por hectare no apoio à produção de milho e se paga 250 euros, isto o que é?

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É enganar!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Vamos passar à votação.

Está à votação a proposta da proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.34 por redução da dotação provisional, uma proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.34 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.35 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.35 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves para uma intervenção, tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

É só para perguntar, relativamente à proposta do Chega 7.2.35, tem o projeto animal de companhia para combate à solidão. Queria só pedir a explicação ao Grupo Parlamentar do Chega para perceber o que é que é pedido com esta justificação.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Lima.

(* **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A explicação é simples, os animais de companhia são de companhia, principalmente para os idosos.

Deputado Carlos Silva (PS): Não diz que é para os idosos!

O Orador: Claro que terá que haver regulamentação, mas a ideia aqui é o idoso que vive sozinho, com uma determinada idade, com um determinado nível de rendimentos baixos, ter acesso ao cheque veterinário a outro mecanismo qualquer, para poder cuidar dos animais, porque de facto eles são de companhia. Estamos a falar de pessoas com uma certa idade, de fracos rendimentos e depois terá que haver regulamentação, terá que haver um mecanismo legal de pagamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Mas era mesmo essa a dúvida, porque não está na vossa justificação se é para idosos, se era para jovens e para o que é que servia, se seria solidão. Eu podia pressupor, mas num orçamento a gente não vai presumir e só queríamos ter a certeza.

Falta, só uma coisa, qual é o intuito do projeto em si? Sabemos agora que é para os idosos, mas era mesmo uma dúvida válida da minha parte e o PAN já teve no seu passado há quase 8 anos essa iniciativa. Se for exatamente igual, eu vou votar a favor. Se não for, eu não poderei votar a favor.

É essa a pergunta que eu faço ao Chega.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos votar, então a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.35 por redução da dotação profissional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: A ação 7.2.35 apresentada pelo Chega foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.36 por redução da votação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 7.2.36 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.36 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor se sentar.

Secretário: A ação 7.2.36 apresentada pelo Chega foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.37 por redução da dotação prisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.37 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 23 votos do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.38 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.38 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.39 por redução da dotação prisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta 7.2.39 apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com os votos a favor 1 do BE e 1 do PAN e com a abstenção de 23 votos do Partido Socialista.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.40 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.40 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 7.2.41 por redução da dotação profissional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os seus Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.2.41 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação uma proposta de reforço da ação 7.3.1 por redução da dotação provisional, proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar do Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor se sentar.

Secretário: A ação 7.3.1 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 7.3.2 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os seus Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 7.3.2 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos votar o Programa 7 com as alterações que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos contra 23 do PS, 1 do PAN e 1 do BE e com 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Vamos avançar para o Programa 8.

A primeira proposta de alteração é efetuada pelo PAN. É uma proposta de aditamento de uma nova ação 8.1.14 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação, 8.1.14 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nesta proposta do Chega que vamos votar a seguir importa dizer que, mais do que aprovar esta proposta que aqui está, importa que o Governo dos Açores faça um levantamento adequado, aturado, diria eu, sobre a situação de todas as gruas em todos os portos e portinhos dos Açores, porque eu há dias visitei, e não vou dizer onde, por razões, até de algum decoro, um porto onde existiam quatro gruas e só a título de exemplo vou-vos dizer que, em Ponta Delgada, para a náutica de recreio existe uma grua e que tem 26 anos.

Mas, existem, por exemplo, no Núcleo de Pescas quatro gruas que nunca funcionaram, que se degradaram, algumas foram desmontadas, foram retiradas peças, nunca sofreram manutenção e as gruas não são propriamente equipamentos baratos. São equipamentos caros, de instalação dispendiosa e de manutenção dispendiosa, mas quando não se faz essa manutenção ainda é pior, porque o custo da instalação de novas gruas, ainda é maior que o custo da manutenção. E esta é uma daquelas situações onde tem que ser forçosamente aplicado na Região o princípio do utilizador pagador.

Nós, Região Autónoma dos Açores, não temos capacidade financeira para sustentar gruas e equipamentos de travel lift, sem que os utilizadores paguem pela sua utilização.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A Iniciativa Liberal vai acompanhar essa proposta do Chega, mas gostava de deixar aqui esse alerta e esse apelo ao Governo Regional para que faça esse trabalho aturadamente, se for preciso tirar gruas de alguns portos e

levar para outros, que se o faça com coragem, se for preciso não instalar guas em alguns portos, porque não há necessidade, que se o faça com coragem, porque isto não é sustentável, do ponto de vista económico e financeiro, no futuro próximo.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Precisamente e 100% de acordo com o Senhor Deputado do IL e este tem sido o nosso discurso. Achamos que é o socialismo, foi um tal dar guas e esqueceram-se da manutenção das guas. Fizeram protocolos, esqueceram-se de pôr graxa nas guas.

Nós temos que gerir as coisas públicas com todo o cuidado e todo o rigor, como dizia e diz meu pai, melhor do que gerimos na nossa casa.

Neste caso em concreto, nós temos duas guas que detetamos (pelo menos duas, pode haver outros casos), que estão na posse de duas Juntas de Freguesia, que não têm capacidade de fazer a manutenção. Das duas, uma: ou o Governo adquiria as guas, ou então o melhor mesmo e recomendável era desmontar as guas, por uma questão de segurança, porque se acontecer algum acidente, uma Junta de Freguesia não consegue fazer nada disto.

E assim foi, foram montadas com boa-fé, esqueceram-se foi do futuro. E o futuro, que hoje é presente, nós temos duas guas que as Juntas de Freguesia dizem: “nós não conseguimos pagar isto”.

Eu concordo com o que disse aqui o Senhor Deputado Nuno Barata, se tivermos de tirar alguma grua, tiramos. Nós não podemos é ter guas com pouca utilidade

a enferrujar, a substituir por outras que, se calhar, noutras zonas estão a fazer falta. E nós, nestas voltas que vamos dando pelas ilhas, as pessoas têm-nos chamado à atenção, vão-nos mostrar e é preciso um plano – eu sei que o Governo está a tratar disto neste momento – tem que haver este plano, não basta ter as coisas, meus senhores e minhas senhoras. É muito bonito entregar uma carrinha e depois tentarmos perceber se quem recebeu a carrinha, se consegue fazer a manutenção, porque nós estamos às vezes até a falar segurança. As associações recebem, depois não fazem a manutenção e podemos estar aqui a brincar com a vida até de crianças. Haja muito cuidado com isto, haja muito cuidado! É muito bonito entregar e a banda de música e no dia a seguir temos a desgraça à porta. Não é isso que nós defendemos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos então votar.

Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 8.2.5 por redução da dotação provisional. Uma proposta efetuada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 8.2.5 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Senhor Deputado Gualberto Rita, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS)**: Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Conforme aquilo que já afirmamos aqui com a implementação das áreas marinhas protegidas, é urgente que haja um plano de reestruturação que garanta a reorientação profissional, que garanta a sustentabilidade social e económica daqueles que pretendem cessar ou manter a atividade da pesca, devido ao impacto que essas medidas vão ter em todo o setor.

Foi isso que aprovamos há pouco mais de um mês, aquando da discussão deste diploma, com o orçamento superior a 10 milhões de euros para 2025-2030, em consonância com o compromisso assumido pela Ministra do Ambiente e reiterado pelo Senhor Presidente do Governo, em outubro.

O Governo tem o dever de honrar os compromissos com o setor da pesca e com o Partido Socialista, por isso, consideramos de elevada importância a criação desta ação com uma dotação de um milhão de euros, já para 2025.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho)**: Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Deputados, Senhoras Membros do Governo:

O Governo Regional já está a fazer a reestruturação do setor e é preciso dizer que dentro de muito pouco tempo estará finalizada essa primeira parte e essa

primeira parte engloba três coisas, primeiro a visão do que é que é a reestruturação, os objetivos gerais, objetivos específicos e as medidas.

Esta primeira parte está pronta. E agora ouça bem o que eu lhe vou dizer, está pronta e não foi o Governo que definiu. Foi o Governo que definiu com uma parte do setor.

O que é que vai acontecer a seguir? A seguir, o Governo vai ampliar o número de parceiros e vai começar a discutir aquilo que deve ser o plano de ação para cada uma destas medidas. E, para cada uma das medidas deverá, aí sim, ser medida qual é a verba que é necessária e em que período de tempo devemos executar essa tarefa.

Portanto, eu não percebo qual é o problema do senhor do Partido Socialista. Nós já explicamos durante a discussão qual é o pensamento do Governo e como é que o Governo vai financiar isto, portanto, não me parece que seja útil pôr uma ação com estes objetivos, ainda por cima, utilizando exemplos como apoios à ação definitiva, que implicam olhar para o equilíbrio da frota.

Nós perguntamos, então, mas em que componentes do ecossistema? À superfície? À meia água? No fundo? Que tipos de componentes de embarcações? Quantas embarcações é que vamos tirar? Quais? De que tamanho? Com que objetivo?

Portanto, estas coisas não se fazem por decreto, é preciso um conjunto de dados.

Dar-lhe uma segunda informação. Já foi nomeado o grupo de trabalho da universidade que vai fazer o estudo, que tem a ver com as implicações das áreas marinhas protegidas. Vamos reunir pela primeira vez com esse grupo e, portanto, como é que se quer fazer uma reestruturação sem dados, Senhor Deputado? Não é assim que as coisas se operam.

O Governo está no caminho certo, tem uma visão objetiva, sabe o que é que está a fazer, sabe para onde quer ir e vai chegar a esse objetivo final.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Gualberto Rita, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Gualberto Rita (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Secretário, eu tenho alguma dificuldade que parece-me que o Senhor Secretário às vezes esquece-se de que o senhor é Secretário, não é só do mar e da ciência, mas também é das pescas, porque o senhor está constantemente a atirar o problema das pescas para o lado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

Deputado José Ávila (PS): É verdade sim!

O Orador: O Partido Socialista, o que está aqui a propor é uma dotação que dá condições ao Governo para implementar essas medidas.

O senhor aqui nesta Casa disse que era necessário, urgentemente, haver um equilíbrio entre aquilo que é a frota e os recursos disponíveis. O senhor tem que deixar condições para que os pescadores possam recorrer a esses recursos e o senhor está aqui sempre contra o setor das pescas sem necessidade nenhuma.

Isto só prova aqui, mais uma vez, que o Governo Regional não está interessado em resolver os compromissos que tem no setor das pescas nos Açores.

Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho):** Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente, Vice-Presidente, Senhores Deputados:

O Governo, Senhor Deputado, não faz reestruturação dos setores de forma individual, faz para o setor.

E, para o setor trabalha com duas coisas: com o setor e com dados científicos. Como é que o senhor quer fazer uma reestruturação, sem identificar quais são os setores que têm dificuldade?

O senhor conhece a sua realidade particular, não a do setor.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Regionais, Senhor Presidente e Vice-Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

Eu entrei em debate só para esclarecer aquilo que pensávamos nós, que já estava esclarecido.

O Plano de Reestruturação da pesca já está em andamento, já foi dito por quem tutela efetivamente esta área. Foi dito pelo Senhor Secretário Regional, o

Senhor Presidente do Governo já disse, por diversas vezes, que já encontrou uma forma de subsidiar quem tiver perda de rendimentos, devido a essas medidas.

E mais, o que é mais importante ainda, é, acima de tudo, não se querer perceber que este plano está-se a realizar para se encontrar, efetivamente, quem serão os que vão ficar prejudicados, se ficarão e, para depois, também ajuizar e saber os contornos em termos de receitas que vão perder os pescadores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas, mais aquilo que me parece aqui é que o Governo Socialista quer, acima de tudo, que o Governo dos Açores substitua a palavra que foi dita pela Ministra do Ambiente, que iria assumir parte desta compensação por um milhão de euros, isto num passado em que o Governo da República dizia e não fazia.

Nós acreditamos que este Governo é diferente e já deu provas, se o disse, é para cumprir e é isto que está a ser feito e é isso que vai ser feito neste setor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Senhor Governo:

Senhor Deputado Joaquim Machado, posso fazer a interpelação, permite-me? Muito obrigado.

Senhor Presidente ...

(Ruído na Câmara)

Presidente: Faz favor, Senhor Deputado.

O Orador: Senhor Presidente, faço uma interpelação à Mesa porque aparentemente pelas intervenções que me antecederam, há alguma dúvida sobre o financiamento desta medida e eu pergunto a si se, na nota justificativa que foi proposta e que está entregue, se não diz que a contrapartida do aumento de um milhão de euros da verba, não vem exatamente do aumento de receitas, transferências de capital, administração central, serviços e fundos autónomos e fundo ambiental na nota explicativa. Isso contraria aquilo que foi referido pelo Deputado Jaime Vieira.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Confirmo, sim senhor, está na justificação.

Senhor Secretário Regional, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É para dizer que, estando silêncio absoluto na sala, não foi possível ouvir o que o Senhor Deputado disse, ou seja, o que transmitiu, portanto, o Governo sobre

esta matéria não se vai manifestar porque não nos foi possível ouvir, nem pedimos que, sendo uma interpelação...

(Diálogo na Câmara)

O Orador: Mas, não se pode dizer que aqui no Parlamento não se ouviu a intervenção?

Presidente: Senhores Deputados, Senhor Secretário, os apartes são regimentais, faltar ao respeito às pessoas é que não permito. Não permito!

Senhor Secretário, faça o favor.

O Orador: Senhor Presidente, muito obrigado.

Era no sentido pedagógico, de dizer apenas que não ouvimos, não nos foi possível ouvir a interpelação.

Presidente: Eu já explico, Senhor Secretário.

O Orador: Mas, uma vez que a mesma já ficou gravada, nós teremos a oportunidade de solicitar a gravação.

Muito obrigado.

Presidente: O que o Senhor Deputado Carlos Silva disse é que esta nova ação que o Partido Socialista propõe, a contrapartida do aumento das receitas de transferência de capital da administração central, serviços e fundos autónomos. Esta que é a contrapartida da medida que o Partido Socialista propõe e é esta ação que eu ponho à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 8.3.8 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor 23 do PS e 1 do BE e com 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos avançar para a próxima proposta de alteração, proposta de aditamento de uma nova ação 8.4.4 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação, 8.4.4 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 8, com a proposta de alteração que aprovamos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do

Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos contra, 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao Programa 9, primeira proposta de alteração apresentada pelo PAN, proposta de reforço de ação 9.3.1 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação, 9.3.1 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Votos a favor 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Próxima proposta de alteração da autoria do Bloco de Esquerda, propõe a redução da ação 9.5.2 para a criação da ação 10.6.7.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.5.2 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 1 do BE e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Proposta do PAN para o reforço da ação 9.6.1 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se

sentar.

Secretário: A ação, 9.6.1 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos a favor 23 do PS, 1 do PAN e 1 do BE.

Presidente: Próxima alteração, proposta de reforço de ação 9.15.17, por redução da dotação provisional, da autoria do Bloco de Esquerda, está à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.15.17 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de reforço da ação 9.15.23 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça favor de sentar.

Secretário: A ação 9.15.23 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.15.24 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.15.24 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e com 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.15.24 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.15.24 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.17.4 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.17.4 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Faz favor, Senhor Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

É só para fazer uma questão ao Grupo Parlamentar do Chega, relativamente a esta proposta que é a remodelação das instalações sanitárias do miradouro da Vista do Rei, das Sete Cidades e com algum problema, neste caso, *gato*

escaldado de água fria tem medo, isto falando, relativamente à Lagoa do Fogo se que querem colocar betão? Qual é a ideia do Chega, ou se já falou com o Governo? Se esta remodelação, será uma remodelação *fofinha* e não com betão e fazer assim uma infraestrutura do tamanho do hotel que está lá quase a ruir. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Neves, é para fazer até maior que o hotel que lá está.

Na verdade, é para reabilitar o que lá está, que está fechado, que se gastou dinheiro, pôr funcionar. Tão simples quanto isso.

Não houve vontade ainda e aliás, aproveito, houve até uma resposta cómica ao nosso requerimento, a primeira vez, que era uma forma de as pessoas visitarem as Sete Cidades, mas pronto, há gente com mais senso de humor do que eu.

É só isso, não é mais do que isso, já lá está. Também faz falta noutros locais de interesse turístico, faz falta termos instalações sanitárias dignas e não coisas que às vezes vejo, como os contentores de plástico.

Concordo consigo, deve-se fazer com enquadramento e respeitando o enquadramento paisagístico ambiental e aquilo que é o nosso património, a nossa terra, não vamos estragar para os outros virem cá... não digo o resto.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos então passar à votação. Está à votação à proposta de aditamento de uma nova ação 9.17.6 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.17.6 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.17.7 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.17.7 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.17.8 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.17.8 foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do BE e com os votos contra, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.18.2 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.18.2 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 9.25.1 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.25.1 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 9.25.5 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.25.5 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 9.25.13 por redução da dotação profissional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.25.13 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Senhor Deputado José Pacheco, para uma intervenção, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas para explicar e tive a oportunidade de conversar com o proponente, com o Senhor Deputado Pedro Neves, seis milhões de euros não é exequível, é uma quantia demasiado grande.

Deputado Pedro Neves (PAN): É o que a escola precisa!

O Orador: Não é o que eles precisam, é o que a escola precisa.

Nós também incluimos para a escola das Laranjeiras. Todas as escolas são importantes e todas elas estão degradadas. Agora, nós temos que ter algumas

prioridades, vamos começar esta este ano, aquela para o ano e é assim que deve ser.

O liceu já foi alvo de petições, muitos de nós já ouvimos, é assim, temos que optar, mas sempre com a verba adequada à execução em 2025. De que é que serve pôr seis milhões e executar duzentos mil? A escola das Laranjeiras tem uma coisa caricata, paga 3000 euros de água, porque tem a canalização toda podre. Vamos atacar isto e a seguir vamos atacar outras coisas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

A proposta da do PAN relativamente a este ponto, que o Chega também tem e o Bloco de Esquerda também, relativamente à escola das Laranjeiras, o Senhor Deputado José Pacheco disse que não é exequível, mas isso tem a ver apenas com o valor que nós inserimos, tem a ver com o valor que a escola necessita, que foi dado pelo projeto anterior. Aliás, seis milhões de euros neste momento já não dá, devido à inflação e ao preço da matéria-prima.

Já não são sequer seis milhões, porque isto acho que era de 2018 ou 2019, por isso nós inserimos esse valor porque é o valor necessário para os problemas, não só da água e da eletricidade, mas da própria estrutura da escola, estamos a falar de uma escola antiga que já foi a melhor da Região Autónoma dos Açores, neste momento, está extremamente degradada, por isso é que nós metemos esse valor.

Há que definir prioridades, é assim que funciona na política, por isso é que nós metemos esse valor. Não é por não termos cuidado, não, é porque é mesmo necessário.

Obrigado.

Presidente: Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta do PAN.

Proposta de reforço da ação 9.25.19 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.25.19 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos a favor do BE e 1 do PAN e com 23 votos de abstenção do PS e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço de ação 9.25.19 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.25.19 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está sim prejudicada a proposta apresentada pelo Bloco para a mesma ação.

Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

A próxima proposta do PAN tem a ver, obviamente, com a escola de Gaspar Frutuoso já foi inserido por vários partidos, na última legislatura. Isto tem a ver com um problema da PT, é uma escola nova e numa escola nova, supostamente, devia resultar e correr tudo bem, só que, na altura da construção esqueceram-se que a PT não era o ideal para a quantidade de salas e também para o ar-

condicionado. Isto porquê? Porque estamos a falar de uma escola que parece um aquário, que tem janelas completamente fechadas e que não se podem abrir, isto por motivos de segurança, mas quando não há sequer corrente de ar, neste caso, o próprio lar não circula, temos as salas de aula que parecem um pequeno forno, e a última vez que eu medi, a temperatura foi de 43°. 43° com crianças que vão dos 5 anos aos 10, 11 anos. Aliás, eu tenho 46 anos e mal aguentei mais de 5 minutos, é bastante grave, a partir de maio até julho, por isso, esse valor que eu inseri, que foram duzentos mil euros, já foi pedido várias vezes, isto já veio dos governos do PS, já foi pedido também em 2021, salvo erro, e nós vamos fazer sempre essa repetição no Orçamento para relembrar o Governo que esta temperatura não é uma temperatura adequada, nem para os professores, nem para os auxiliares, nem para as crianças, neste caso os alunos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Podemos avançar nas votações?

Está a votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.25.22 por redução da dotação profissional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.25.22 deu empate com votos a favor, 23 do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN, com os votos contra 23 do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM

Presidente: Vamos então repetir.

Está a votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.25.22 por redução da dotação profissional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se

manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta é rejeitada com 23 votos contra do PSD, 2 CDS-PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos de abstenção do Chega.

Presidente: Vamos continuar as votações.

Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.25.22 por redução da dotação profissional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.25.22 apresentada pelo Chega foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Próxima proposta de alteração, a proposta de aditamento de uma nova ação 9.25.23 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Presidente: Vamos repetir.

Faz favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, era para uma interpelação.

Eu julgo que terá sido aprovada uma ação com o mesmo objeto, noutra departamento, é verdade, mas exatamente com o mesmo propósito ...

Presidente: Desta do PAN, 9.25.23?

A Oradora: É com o mesmo edifício, a mesma creche, mas parece-me que é exatamente a mesma coisa, embora em setores diferentes.

Já lhe vou dizer qual é que é a ação.

Era no 6.

Presidente: Não, mas agora neste momento, a que eu ia colocar à votação, a 9.25.23?

A Oradora: Foi ação 6.9.23 que foi aprovada e que tem exatamente a ver com o projeto de ampliação da Creche ATL da Casa Bernardo Silveira Estrela, portanto, seguindo a regra que o Senhor Presidente há pouco deu indicação, e que faz sentido, é exatamente o mesmo objeto.

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves, quer usar da palavra, faça o favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Eu não concordo com a opinião da Senhora Deputada Andreia Costa.

Porquê? Porque, da parte do PS, tem a ver com o projeto para a ampliação da creche e eu não peço o projeto, eu peço a edificação. Uma coisa é o papel, outra coisa é o tijolo.

Obrigado.

Presidente: Senhor Deputado Carlos Silva, para uma intervenção.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu creio que há aqui algum equívoco, porque de acordo com o cronograma que nos foi apresentado na visita, a fase inicial pressupõe que haja um projeto e a participação do projeto.

(Aparte inaudível)

O Orador: Sim, mas tem que haver comparticipação desse projeto e o primeiro ano era exatamente para o projeto, nos anos seguintes é que seria a construção, por isso é que fizemos a proposta da maneira que fizemos.

Não temos nada a opor à construção, concordamos só que a primeira fase pressupunha procedimentos legais, um projeto.

É só isso.

Muito obrigado.

Presidente: A Mesa não a considera prejudicada, agora o entendimento é do Plenário.

(Pausa)

Vamos anunciar a proposta 9.25.23, apresentada pelo Chega.

Secretário: A ação 9.25.23 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 da IL, com 2 votos a favor, 1 do BE e 1 do PAN e 23 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.25.23 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.25.23 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.25.24 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.25.24 apresentada pelo PAN foi rejeitada com 23 votos

contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Senhor Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta ação que vamos votar a seguir está nos sucessivos planos desde 2021, foi uma proposta de alteração na altura apresentada pela Iniciativa Liberal e é uma daquelas que o Governo, apesar do acordo de incidência parlamentar, nunca cumpriu.

Mas, não é isto que está aqui em causa, o que eu queria mesmo perceber era o porquê da alteração da designação da medida, uma vez que a medida tinha construção da unidade de saúde de São Roque, Livramento e, de repente, passa para Livramento e São Roque.

Eu queria saber se é uma questão de prioridade de ordem alfabética, se calhar, até podia ser unidade de saúde de Rosto do Cão, sei lá.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração à designação da ação 9.28.5, apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 9.28.5 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda de aditamento da ação 9.29.8 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.29.8 foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 21 do PS, 1

do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.34.10 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.34.10 foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 21 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.34.11 por redução da dotação profissional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.34.11 foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 21 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.34.12, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.34.12 foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 21 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 9.41.2 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 9.41.2 foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 21 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 9 com as alterações que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 é aprovado com 21 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com os votos contra 21 do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 1 voto de abstenção da IL.

(Neste momento, o Deputado Paulo Gomes substituiu o Deputado Paulo Silveira na Mesa)

Presidente: Avançamos para o Programa 10.

A primeira proposta de alteração é a proposta de reforço de ação 10.4.1 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se

sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 10.4.1 foi reprovada com 21 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. A favor 1 voto do BE e 1 do PAN e abstenções 21 do PS e 5 do Chega.

Presidente: Está a votação a proposta de reforço da ação 10.4.1 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 10.4.1 foi reprovada com 21 votos contra do PSD, 5 do Chega, 1 do PPM e 1 da IL e 2 do CDS-PP. Com os votos a favor, 21 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado José Eduardo, faça favor.

(Neste momento o Deputado Paulo Silveira voltou a ocupar o lugar de Secretário da Mesa)

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Na sequência do debate que ontem realizamos sobre a temática da habitação e, em consequência, com aquilo que da tribuna anunciei, estamos a apresentar as propostas de alteração relativas à área temática da habitação, para o reforço da ação - arrendamento acessível, para arrendamento habitacional destinado a famílias e pessoas singulares que permita aumentar a oferta de habitação do mercado de arrendamento, de forma a responder a quem não tem capacidade de

recurso a crédito, bem como, quem, por opção, prefere a modalidade de arrendamento.

Também um reforço da ação - reabilitação urbana, para o apoio à reabilitação habitacional, que deve abranger, não apenas famílias, mas também pessoas singulares e incluir tanto a reabilitação, como a aquisição de imóveis devolutos ou degradados, com o objetivo de os destinar a fins habitacionais.

E uma nova ação, esta com um programa de incentivo ao aumento da oferta de habitação, para jovens para também promover o aumento significativo da oferta de habitação destinada a jovens, abrindo modalidades como arrendamento, aquisição, reabilitação e tanto beneficiação como construção.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Vamos votar a proposta de reforço da ação 10.6.2 por redução da dotação profissional, apresentada pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 10.6.2 foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos contra do Chega.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço da ação 10.6.3, por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se

sentar.

Secretário: A ação 10.6.3 foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 5 votos contra do Chega.

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves, para uma intervenção, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

Gostaria de informar o Parlamento relativamente à alteração 10.6.4 do Grupo Parlamentar do Chega, que tem a ver algo com o que eu defendo, que é a autoconstrução, mas aí irei votar contra, porque ao sítio onde eles vão retirar, que é o arrendamento apoiado, aquilo que querem fazer algo muito bom, mas que querem retirar de algo que também é muito bom e uma coisa não tem nada a ver com outra e vejo aqui como um posicionamento político do Chega, do qual não tem nada a ver com o PAN, por isso irei votar contra, apesar de defender a ideia inicial.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Pois, tem razão, não tem nada a ver com o PAN, tem a ver com o Chega, nós achamos que o investimento na habitação tem que ser na autoconstrução, fundamentalmente. Temos que cortar com isto da subsidiodependência, do andarmos sempre com o Estado, continuamente, a fazer o papel de que os privados têm que fazer. A autoconstrução é algo que prende-se até com a

liberdade, as pessoas poderem investir na sua moradia, fazerem como quiserem e nós fizemos um reforço, nós não somos pessoas de palavras, somos de ações e aqui demonstramos.

Fizemos um reforço porque é este o caminho que nós achamos que temos que caminhar e durante décadas autoconstrução foi uma miragem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está a votação a proposta de reforço da ação 10.6.4 por redução da ação 10.6.6, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 10.6.4 foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos contra 22 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos continuar as nossas votações.

Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação, apresentada pelo PAN, a ação 10.6.7 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 10.6.7 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de criação de uma nova ação 10.6.7 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário A ação 10.6.7, apresentada pelo Partido Socialista foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos a favor, 23 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 10 com as alterações que introduzimos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM. Com 1 voto contra do BE e com os votos de abstenção 22 votos do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Passamos ao Programa 11.

Primeira proposta de alteração é do PAN é a proposta de reforço da ação 11.2.2 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 11.2.2, apresentada pelo PAN foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: O PAN também faz uma proposta de aditamento de uma nova ação

11.2.18 por redução da dotação profissional e está à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 11.2.18 foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação proposta pelo PAN, 11.2.19 por redução da dotação provisional.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 11.2.19 foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 11.2.20 por redução da dotação provisional, apresentada pelo PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 11.2.20 foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e votos a favor, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma nova ação 11.4.10 por redução da dotação provisional. É uma proposta do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 11.4.10 foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP 1 do PPM, com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Senhora Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional:

A próxima ação, relativamente a investimentos nos bombeiros dos Açores. Investir na proteção civil é investir em todos os açorianos, é investir na segurança dos açorianos.

Falamos com os bombeiros, fomos a muitas associações, nós prometemos, mas cumprimos. Está aqui um reforço para ajudar nos equipamentos de proteção individual das nossas corporações dos bombeiros dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Vamos então votar a proposta de reforço da ação 11.5.4 por redução da dotação provisional, apresentada pelo Chega.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A ação 11.5.4 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de reforço de ação 11.9.1 por redução da dotação provisional. É uma proposta do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A ação 11.9.1 foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 1 do CDS-PP e 1 do PPM, com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Programa 11.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 1 abstenção da IL.

Presidente: Tem a palavra, o Senhor Presidente do Governo Regional, faça favor, Senhor Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo: Faço esta intervenção na serenidade do período da votação do Plano para 2025, para também aqui deixar um registo do que é o enquadramento político deste Plano anual, na perspetiva sistémica de que o Governo se enquadra.

Desde logo, trata-se de mais um Plano que cumpre as Orientações de Médio Prazo aprovadas nesta Assembleia Legislativa, na arrancada da legislatura e elas próprias, dando por isso também, cumprimento à boa execução do Programa do Governo.

O Governo, a Coligação que o suporta, tem procurado ser na política açoriana, quando a geometria de votação na Assembleia Legislativa, quer na anterior

legislatura, quer nesta, é variável, ser um referencial de estabilidade.

É assim que temos procurado agir e temos tido provas desta capacidade, de humildade e de assunção de referencial de estabilidade na política, porque ajuda aos Açores, aos açorianos, ao nosso desenvolvimento, à credibilidade das instituições autonómicas e ao respeito pela vontade democrática.

E, foi por isso, que também não pude deixar de prescindir daqueles partidos políticos que, no quadro da apreciação, debate e votação do Programa do Governo e, posteriormente, nas Orientações de Médio Prazo, se colocaram no lado da solução, em vez do lado do problema.

Vozes de alguns Deputados do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E este é um referencial de estabilidade também comportamental e de abertura para aproximar posições.

E assim fizemos, também na apreciação e debate deste Plano e Orçamento para 2025.

O sistema de planeamento da Região Autónoma dos Açores é, *quiçá*, o mais democrático, plural e participado do país e permite que, ainda antes da apresentação de uma anteproposta destes documentos, o Governo faça audição com partidos políticos e parceiros sociais.

E também neste quadro ouvi todos ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e podemos assegurar, igualmente, que foram audições que tiveram relevância para a própria formulação da anteproposta.

Da anteproposta para a proposta, ainda ouvimos outras instituições, designadamente os Concelhos de Ilha e fomos sensíveis, igualmente, às audições, aquelas que se enquadraram, desde logo, no quadro da aplicação da boa execução do Programa do Governo das Orientações de Médio Prazo.

Sim, o Partido Chega, assegurou a disponibilidade para, aliás, na sequência da

votação das Orientações de Médio Prazo, enquadrar propostas que foram acertadas para que déssemos cumprimento ao Programa do Governo e, igualmente, às Orientações de Médio Prazo durante o ano económico e financeiro de 2025.

Sim, é verdade que nas audições o Partido Socialista, em setembro, apresentou onze ideias.

Sim, é verdade que eu suscitei a apresentação de propostas antes de iniciarmos aqui o debate da especialidade e elas foram apresentadas no sábado à noite e tive a oportunidade de reunir a Coligação, o Governo para uma apreciação possível destas propostas, àquela hora e àquela data, e elas também ajudaram no diálogo que mantive com o Presidente do Partido Socialista dos Açores, por via telefónica a analisar e comunicar o nosso entendimento. E o nosso entendimento foi aquele que aqui já ficou comprovado, com honra à palavra dada, votamos agora mesmo no Programa 10, duas propostas que no quadro habitacional reforçam esta nossa perspetiva de boa execução das Orientações de Médio Prazo e do Programa do Governo, bem como uma outra, relativa à aposta e reforço para o projeto de ampliação da creche e atl da Casa, no município da Ribeira Grande.

Palavra dada, palavra cumprida.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Nós somos um referencial de estabilidade.

A aceitação das propostas têm como condição, obviamente, este cumprimento do Programa do Governo e das Orientações a Médio Prazo. A não aceitação de

outras propostas, tem a ver com o enviesamento à lógica sistémica do nosso Programa do Governo e do nosso Plano e Orçamento e ceder, para garantir consensos alargados, não é submeter-me aos preconceitos ideológicos de quem quer que seja.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Esta é a minha firme posição, é a afirmação da Coligação, é a afirmação deste Governo.

Mas, a bem dos Açores, quando é possível o consenso, é pelo consenso que eu sou.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Presidente do Governo Regional.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Presidente do Governo, no início da sua declaração, teve a oportunidade de dizer que prescindiu dos que estavam do lado da solução.

E, de facto, foi assim. Foi o que o senhor disse, prescindiu dos que estavam do lado da solução.

Isso traduz bem a forma como Vossa Excelência encarou a participação dos partidos políticos neste processo, nomeadamente do PS.

Diz Vossa Excelência que o PS apresentou 11 ideias em setembro.

Deputado Russel Sousa (PS): Ideias...?!

O Orador: Eu também já tive oportunidade de o reafirmar aqui. Não disse que passados três meses contactou, de facto, o Partido Socialista, na passada semana, na quarta-feira, para uma reunião na quinta-feira que aconteceu presencialmente e que, depois disso, a discussão entre o PS e o PSD, ou o Governo, decorreu até ontem.

E ontem, Vossa Excelência, teve oportunidade, como eu já disse aqui, de afirmar que não aceitaria as propostas do PS, com exceção de duas, que foram aquelas que votamos há pouco. E o PS manteve a palavra manteve a palavra que deu desde o início. Estaríamos dispostos a viabilizar o Plano e Orçamento, desde que, as nossas 11 propostas fossem viabilizadas pela Coligação, coisa que não se verificou.

Senhor Presidente, a propósito de *palavra dada, palavra honrada*, eu quero lembrá-lo que, consigo deu a sua palavra ao Partido Socialista de que avançaria com um plano de reestruturação para a pesca e isso decorreu da negociação com o PS para aprovação das áreas marinhas protegidas.

Senhor Presidente, relembro, como já tive a oportunidade de fazer há pouco, que esta foi uma condição para o Partido Socialista aprovar e que o Partido Social Democrata e a Coligação acabaram hoje mesmo de faltar à palavra que o senhor assegurou ao Partido Socialista.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Isso é, Senhor Presidente, na nossa perspetiva, uma falha, eu diria que imperdoável.

Mas não é imperdoável para o Partido Socialista, Senhor Presidente, é

imperdoável para os pescadores e hoje aconteceu aqui, e eu tive a oportunidade já de o dizer antes, e disse-o a si, que foi de facto lamentável que, de um processo negocial resultou um acordo que passava, exatamente e exclusivamente, pela aprovação do Plano, por parte da Coligação.

Coisa que se verificou, mas não se efetivou quando tinha que se efetivar, que era na aprovação destes documentos e na aprovação de uma proposta muito concreta que foi apresentada pelo Partido Socialista.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Presidente do Governo Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Com a clareza da disponibilidade de referencial de estabilidade, reafirmo, corrigindo-se, foi um *lapsus linguae*, que não prescindo dos que fazem parte da solução, prescindo dos que fazem parte do problema.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E que isto fique bem claro, em registo nos trabalhos registados neste Plenário e nesta Sessão.

Resolvido o registo e a inscrição, no bom dizer, do José Gil, na vida e na documentação da Assembleia, reafirmar que a favor da instabilidade política e

da estabilidade governativa queremos coerência sistêmica na boa execução do Programa do Governo, das Orientações de Médio Prazo e a proposta apresentada pelo Governo e as alterações submetidas aqui a este Plenário, votadas como a Coligação votou, correspondem a este objetivo. As que não foram aprovadas, que não tiveram o voto favorável da Coligação que suporta o Governo têm esta justificação.

Segundo, os compromissos relativamente à rede das áreas marinhas protegidas e que passam pela necessidade de reestruturação, é um compromisso que, aliás, está assumido no próprio diploma e não é aqui, neste Plano e Orçamento, que ele se resolve, porque ele, aliás, é plurianual, tal como prevê o diploma da RAMPA. O desconhecimento da boa técnica legislativa, não faz prescindir a responsabilidade de criação de uma anátema que o Partido Socialista e a Senhora Deputada queria aqui colocar.

Já a declaração final ontem era acintosa, em relação à minha pessoa e isso, sobretudo, revela o caráter de quem emite e não destinatário da mesma.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

De escorregadela em escorregadela, lá se vai chegando à verdade.

Eu vi isso no fim das audições, estamos disponíveis, temos aqui 11 conversas que depois logo se vê, desde que o Chega, esteja fora de equação.

Depois tentou-se com a RAMPA e agora tentou-se: “se livrarem-nos dos extremistas, nós, se calhar, até abtemo-nos.”

Rico exemplo de democracia que os senhores estão a dar aos açorianos.

Assim se vê o que é que é o PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo:

Naturalmente, teremos oportunidade de, em declaração de voto final, transmitir os nossos exatos argumentos para o nosso sentido de voto, adiantados ontem, mas teremos oportunidade de reafirmar hoje.

Sem prejuízo disso, Senhor Presidente do Governo, há uma coisa que eu acho que não lhe fica necessariamente bem e que não é necessário também hoje aqui, que é essa tentativa de vitimização.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso é a teoria do Pedro Nuno Santos!

A Oradora: Avançar nos argumentos, Senhor Presidente, para o nosso sentido de voto e para o nosso posicionamento do debate...

Essa tentativa de vitimização é perfeitamente desnecessária. Tratamos o Senhor Presidente do Governo e todos os presentes com respeito, em todos os momentos do debate, usando naturalmente aquilo que são os argumentos políticos que têm que ser usados nos momentos em que têm que ser usados. E foi o que o Partido Socialista fez pela minha voz e pela voz dos 23 deputados aqui presentes.

Sem prejuízo disso, Senhor Presidente, eu gostava de saber em que medida é

que, não é fazer parte da solução, aprovar um plano de recuperação das listas de espera cirúrgicas para HDES?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Outra vez?! A senhora não explicou.

A Oradora: Em que medida é não fazer parte da solução avançar com um plano de reestruturação para a pesca, quando há um mês atrás, Vossa Excelência, se comprometeu connosco, exatamente, com isso?

Senhor Presidente, o Partido Socialista esteve e está e estará sempre disponível para fazer parte da solução.

Agora, é fundamental que, de facto, os compromissos sejam cumpridos, nos momentos em que têm que ser cumpridos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Já que este debate na especialidade retornou uma espécie de discussão na generalidade do enquadramento político deste plano, importa dizer que o Partido Socialista chegou a esta discussão sem conseguir livrar-se do seu pecado original. E o pecado original do Partido Socialista foi ter votado contra o Programa do Governo e logo aí, condicionou todo o seu caminho.

Bem sei que o líder, na altura, era outro. Bem, sei que mudaram de líder, ainda que pouco tenha mudado com isso e, tanto não mudou, que o Partido Socialista, ao longo das semanas que se antecederam à discussão deste Plano e do

Orçamento, disse sempre que a Região estava falida. E disse ainda mais uma coisa, que a despesa tinha que ser reduzida.

Deputado José Pacheco (CH): E depois aqui carrega!

O Orador: Mas a única alternativa que trouxe aqui foi o aumento da despesa em 10.150.000 euros.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E, ao mesmo tempo foi dizendo isso, também foi avisando, que este não era o plano do PS e sempre à procura de um pequeno argumento, como estes expedientes agora aqui deixados pela Senhora Deputada Andreia Cardoso para justificar o seu voto contra.

De facto, este não é o plano do PS, nem era o plano do PS que os Açores precisavam, porque também não foi o plano do PS que os Açores votaram em fevereiro passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Os Açores vão ter o plano que precisam para irmos em frente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então passar à votação final global do diploma da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII - Plano Regional Anual para 2025.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o Decreto Legislativo Regional n.º 20/XIII - Plano Regional Anual para 2025 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Com 22 votos contra do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado António Lima, para?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: 15 minutos é regimental.

Regressamos às 16 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 13 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 34 minutos.

Vamos iniciar as votações do Orçamento.

(Pausa)

Creio que estamos em condições de avançar.

Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2025.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XIII - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2025 na generalidade foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM. Com os votos contra, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, os primeiros quatro artigos não têm propostas de alteração.

Posso?

(Pausa)

Não posso. Eu bem que faço a tentativa.

Está à votação o primeiro artigo do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com os votos contra 22 do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o segundo artigo do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: O artigo 5.º do diploma é alvo de quatro propostas de alteração do Partido Socialista. Podem ser colocadas à votação em conjunto?

(Pausa)

Não havendo oposição da Câmara, estão assim colocadas à votação as propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao número 1, ao número 2, ao número 3 e a proposta de eliminação do número 4.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: As alterações propostas ao artigo número 1, número 2, número 3 e eliminação do número 4 foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos contra do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: O artigo 6.º está à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5

do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 7.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 7.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 8.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 8.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 9.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 9.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Intervenho antes desta proposta de aditamento, a que se seguirão outras duas propostas de aditamento do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, que, embora tenham redações diferentes, têm efetivamente um objetivo muito semelhante.

No que diz respeito à proposta do Bloco de Esquerda, ela pretende criar um regime de integração de trabalhadores precários na administração pública, para que seja possível integrar aqueles que há mais de dois anos trabalham na administração pública, mediante situações de precariedade e de vínculo inadequado, nomeadamente falsos, recibos verdes, contratos a termo e também programas ocupacionais.

A existência de programas operacionais continua a ser uma realidade na administração pública regional, com especial incidência nas escolas e aquilo que aconteceu nos últimos anos foi uma mera mudança de nome de muitos programas, com uma agravante que não posso deixar de salientar, utilizam-se programas que supostamente são estágios dirigidos a jovens, o Estagiar +, para colocar nas escolas trabalhadores que já não estão propriamente na sua juventude. Ora, para além da clara ilegalidade que isso representa, porque não é o objeto desses programas, é naturalmente uma utilização abusiva desse programa para suprir necessidades que são da escola e que devem ser efetivamente preenchidas através do recrutamento de trabalhadores e da integração dos trabalhadores que estão em situação precária.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Antes de mais, repetir o que já temos dito ao longo desta semana, que este Governo tem combatido bastante a precariedade laboral. Não só na administração pública, mas também com várias formas de incremento salarial e outras medidas que têm sido tomadas, que também constam, de facto, no Programa do Governo que foi aprovado nesta Casa e para o Bloco de Esquerda a administração pública serviria para tudo e para todos sempre. Não pode ser assim, mas este Governo está a ultimar as regularizações de precários que eventualmente ainda faltam. Já faltou muito mais, falta bastante pouco, Senhor Deputado António Lima.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, é de registar que, de facto, o Bloco de Esquerda, como sempre,

põe aqui uma proposta e ainda não sabendo a nossa votação, já anunciou ontem que ia votar contra o Plano e Orçamento e, portanto, esta não é uma intenção séria e o Governo Regional vai sim, acabar com a precariedade, como tem sido a sua senda desde 2020.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Vamos passar à votação. Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 9.º A, apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento de um artigo 9.º A proposto pelo PAN foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 9.º A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento de um artigo 9.º A, proposto pelo BE foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 9.º A,

apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento de um artigo 9.º A, proposto pelo PS, foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 9.º B, apresentada pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 9.º B, pelo Partido Socialista foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do BE. Com 22 votos a favor do PS e com os votos de abstenção 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Os artigos 10.º e 11.º podem ser em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação o 10.º e o 11.º artigos do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 10.º e 11.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 11.º A do BE.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento do artigo 11.º A proposto pelo BE foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. E com os votos a favor, 22 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento efetuada pelo Bloco de Esquerda de um artigo 12.º A.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 12.º A foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN e com 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 12.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 12.º B, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se

manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do aditamento de um artigo 12.º B, do BE, foi rejeitada com 22 votos do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com votos a favor 1 do BE e 1 do PAN e com a abstenção de 22 votos do Partido Socialista.

Presidente: Senhor Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para apresentar algumas propostas que se seguem, nomeadamente os aditamentos do 12.º C a 12.º F.

No que diz respeito ao 12.º C, pretende-se que seja reconhecido efetivamente o tempo de serviço dos trabalhadores com contratos covid, cujo procedimento está em curso e ainda não concluído.

Esses trabalhadores trabalharam durante vários anos e não está efetivamente garantido o reconhecimento do seu tempo de serviço e com esta norma pretende-se que isto fique reconhecido e claro.

Por outro lado, que no prazo de três meses, se implemente a carreira de técnico auxiliar de saúde, que já deveria estar implementada há vários meses, naturalmente, pagando aquilo que é devido aos trabalhadores, que o Governo deve a esses trabalhadores.

Para além disso, no que diz respeito aos enfermeiros e aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que no prazo de três meses também se regularize todos os pagamentos que estão em atraso para esses trabalhadores.

O Governo Regional deve muito dinheiro a muita gente, ...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Não tivesse chumbado o orçamento! Populismo puro!

O Orador: fornecedores, associações, clubes desportivos e trabalhadores e isso tem que ser regularizado, principalmente no que diz respeito à remuneração de quem trabalha, porque não pode ficar à espera que o Governo pague aquilo que é devido há vários anos. Isso é inadmissível e estas propostas pretendem que estes pagamentos sejam regularizados no prazo de três meses.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (*PSD*): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nós já tivemos um debate sobre esta matéria esta semana. O processo de integração destes trabalhadores está em curso e em curso estará até ao fim do ano. Não era preciso vir o Bloco de Esquerda lembrar que esse processo está em curso ...

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Muito bem, está em curso é para se resolver.

A Oradora: ... e, de facto, mais uma vez, propõe-se fazer o que o Governo já está a fazer.

Depois, é preciso saber como é que se generalizam estes casos, porque conhecer uma, duas ou três pessoas não será suficiente para empatar com as centenas que já foram regularizadas e que terão, também estes, um bom termo.

Obrigada.

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo*)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Vamos então votar a proposta de aditamento do artigo 12.º C, apresentado pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 12.º C pelo Bloco de Esquerda foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 12.º D, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 12.º D foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 12.º E, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 12.º E foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN e com 1 voto de abstenção da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 12.º F, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 12.º F, do Bloco de Esquerda, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o 13.º artigo do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 13.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 13.º A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 13.º A, do Bloco de Esquerda, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos a favor 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos

de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 13.º A, apresentada pelo Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um artigo 13.º A, do Partido Socialista, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do artigo 13.º B, apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de adiamento de um artigo 13.º B foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Com os votos a favor 1 do BE e 1 do PAN e com 22 abstenções do PS e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 14.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos contra 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 15.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 15.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 17.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM. 1 voto contra da IL, 1 voto de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 18.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. 1 voto contra do BE e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está a votação o artigo 19.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 19.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 20.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 20.º foi aprovado por maioria com 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e pelo PPM ao número 1, do artigo 21.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, façam o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao número 1, do artigo 21.º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 votos do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL. 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o número 1 do artigo 21º, com a proposta de alteração que, naturalmente, acabamos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A alteração ao número 1 do artigo 21º com as alterações propostas foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 21.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 2 do artigo 21.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

O Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração ao artigo 22.º, relativamente às necessidades de endividamento da Região, exatamente para colocar no documento aquilo que foi aprovado na Assembleia da República, ou seja, perante a aprovação dos 75 milhões de euros que a Região vai beneficiar no próximo ano, deixa de haver necessidade de endividamento que estava inicialmente prevista, que eram de 150 milhões de euros e é exatamente isso que estamos a colocar na redação que apresentamos.

Garantir que o nível de endividamento da Região é o estritamente necessário para prosseguir com os objetivos, sobretudo ao nível de fundos comunitários e controlar de uma vez por todas o ritmo galopante de endividamento que a Região tem tido nos últimos anos. Ainda hoje podemos comprovar exatamente o que temos vindo a dizer nos últimos tempos e passo a citar “crescimento da dívida total – a dívida total do setor público administrativo regional reportada no final do exercício orçamental de 2023 foi de 3.315.000.000 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 207.000.000, ou seja, mais 6,7, face ao ano anterior.

E o que é mais curioso e caricato é que este era previsto ser um ano de

endividamento zero, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...que foi aqui aprovado nesta Assembleia. E, portanto, comprova que o Governo, não só faltou à sua palavra, como cometeu uma ilegalidade, face àquilo que foi aprovado neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Aqui uma referência para assumir, como já foi assumido politicamente e publicamente, que aquilo que foi aprovado em sede de especialidade do Orçamento de Estado na confirmação técnica final da aprovação do Orçamento de Estado do crescente de transferências do Orçamento de Estado para a Região com um acréscimo de 75.000.000 de euros, naturalmente, significará o endividamento de menos 75.000.000 euros, nós já assumimos.

Naturalmente quem pode o mais, pode o menos e aqui politicamente estamos a dizer que, não estando ainda o Orçamento de Estado aprovado, nós, ao ser aprovado, naturalmente vamos assumir aquilo a que nos comprometemos, que era o endividamento de apenas 75.000.000 de euros.

Gostaria de referir também o seguinte, o Tribunal de Contas, de facto, entregou hoje aqui no Parlamento, ao Senhor Presidente, o parecer relativamente à conta de 2023 e é o segundo parecer positivo, nos últimos 15 anos.

E, portanto, isto significa que quando se diz que o Tribunal de Contas emite um

juízo de conformidade global com a conta, significa que temos o segundo parecer positivo seguido do Tribunal de Contas, uma entidade independente, às contas da Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

É motivo naturalmente de satisfação, julgo para todos.

É evidente que de 2016 a 2021 isto não aconteceu. Para a conta de 2022 e de 2023, felizmente já tivemos a análise positiva e favorável do Tribunal de Contas. Mais uma vez, uma entidade externa a reconhecer a credibilidade.

Mas também naturalmente, é preciso sublinhar que as reservas que o Tribunal apresenta, são as reservas que já apresenta há muitos anos e que nós, paulatinamente, temos que ir corrigindo, é verdade, mas já apresenta há muitos e muitos anos, mas alguma coisa de melhor nós estamos a fazer para termos conseguido, em 2022 e em 2023 pareceres positivos, ao contrário do que aconteceu entre 2016 e 2020.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

De referir ainda, tal como aqui no debate que tivemos na segunda-feira, eu pude explicar que, em função daquilo que é a definição do peso da dívida em relação ao PIB, nós começamos a descer o peso da dívida, em relação ao PIB, desde 31 de dezembro de 2022.

E a verdade é que, se fizerem as contas, vão verificar que, de facto, em relação ao PIB, que se estima ser de 5610, vão ver que temos um peso da dívida que já está a decrescer, desde 2022. Vai decrescer em 2023, vai decrescer em 2024 e,

felizmente, é essa a nossa expectativa, mas também é essa a nossa afirmação de que queremos continuar a diminuir o peso da dívida, em relação ao PIB e queremos continuar a ter pareceres do Tribunal de Contas favoráveis, como tivemos este de 2023 e de 2022, ao contrário do que aconteceu entre 2016 e 2020.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não consigo compreender como é que o Governo Regional pode mostrar satisfação, quando cometeu uma ilegalidade e não cumpriu o endividamento zero que foi aqui aprovado no Parlamento e fica satisfeito com isso. É inacreditável!

Como é que o Governo Regional pode mostrar satisfação com o aumento da dívida não financeira?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não foi o Governo foi o Tribunal de Contas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Há coisas que não dependem de nós.

O Orador: A dívida a fornecedores em 2023 cresceu 35,8%. Como é que é possível mostrar satisfação com isso, Senhor Secretário?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): A economia cresce!

O Orador: Como é que é possível mostrar satisfação com um aumento da dívida tão significativo e perante um incumprimento de algo que foi aqui aprovado neste Parlamento? Como é que é possível, Senhor Secretário?

E há algo que é mais caricato, o Senhor Secretário diz que não foi alterado o limite das necessidades de endividamento, porque o Orçamento de Estado ainda não foi aprovado, foi isso que disse, Mas, é curioso que no artigo anterior, o 21.º, nós aprovámos exatamente aqui uma alteração dos 75...

Aparte impercetível do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*)

O Orador: Mas não está aprovado ainda o Orçamento de Estado. Que incoerência é essa?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Não é incoerência nenhuma! Quem pode o mais, pode o menos!

O Orador: Há mais incoerências, o Senhor Presidente do Governo, no dia 18 de novembro de 2024, disse que o reforço dos 750.000.000 de euros para os Açores iriam provocar uma redução das necessidades de endividamento. E o que é que fez o Governo e o que é que fizeram os partidos da Coligação? Alteraram as necessidades de endividamento? Não, mantêm o mesmo limite de endividamento e estão a faltar à palavra e o Senhor Presidente do Governo, mais uma, vez falta à palavra com os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.
Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Faço um apelo à memória de alguns dos que aqui estão e se calhar daqueles que acompanham estas sessões, recordam-se dos sucessivos pareceres negativos do Tribunal de Contas à conta da Região, que eram apreciados pela maioria absoluta socialista, qual era o voto que tinham, recordam-se?

Apesar do parecer ser negativo do Tribunal de Contas, aqui votavam sempre a favor. Agora, que começamos a ter pareceres favoráveis, o Partido Socialista começa a votar contra.

Deputado José Ávila (PS): Isso tem alguma coisa a ver com a dívida?

O Orador: Isto é mais ou menos como aquela história, a economia decrescia quando o governo era bom e agora cresce, quando o governo é mau.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

E, portanto, é esta a coerência que nós continuamos a ter do Partido Socialista. Eu penso que não haverá qualquer dúvida daquilo que foi a assunção política e pública do Senhor Presidente do Governo e deste Governo, em relação ao reforço de transferências do orçamento de Estado.

Ainda não ouvi da parte daqueles que garrotearam a Região com as verbas do Lorenzo, que garrotearam a Região a passar os despachos para substituição de dívida comercial em dívida financeira e outros garrotes que provocaram à Região estimulados, maquinados pelos circos socialistas.

Esses mesmos círculos socialistas, agora que o Governo da República pagou o Lorenzo, agora que o Governo da República está a reconhecer que é preciso

reforçar as verbas para os Açores e para a Madeira, agora gritam é: *resgate!*

Antes, não era garrote, agora é resgate.

Estamos conversados com este Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional:

O descaramento político do PS não tem limites. Não há outra maneira de dizer isto.

Há instantes, ouvimos daquela bancada insurgências contra o incumprimento na conta da Região do limite de endividamento autorizado e fixado por este Parlamento.

É verdade, mas a moral para apontar o dedo já é coisa bem diferente. Porque efetivamente nós constatamos que o PS fez isso reiteradamente.

Eu vou ler o parecer do Tribunal de Contas sobre a conta da Região de 2019. Três parágrafos. Primeiro, realização de operações à margem do orçamento e da conta em violação dos princípios da universalidade e da transparência, da transparência, sublinho.

Segundo parágrafo, omissão na conta de dívida não financeira.

Terceiro parágrafo, não demonstração na conta do cumprimento das disposições legais, em matéria de endividamento e de operações ativas.

A moral de quem aponta o dedo está explicada.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, aquilo que o Partido Socialista pretende com esta alteração, que apresenta ao artigo 22.º do Orçamento tem um sentido político que vai para além daquilo que aparenta. É que o Partido Socialista, nas últimas duas semanas, criou uma narrativa de que, na circunstância do Governo da República reforçar em 75.000.000 de euros as transferências para os Açores, isso era um resgate, uma assistência financeira.

Não podendo resistir à evidência de que nada disso é verdade, o que é que o Partido Socialista faz? Faz a proposta de redação para condicionar o endividamento da Região.

Eles estão mesmo *danadinhos*, Senhor Presidente, permita-me a expressão, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eles?!

O Orador: ... eles, socialistas, estão mesmo *danadinhos* para que a Região tenha dificuldades, porque quando uma coisa é boa para os Açores, é um problema para o PS.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente do Governo, o seu silêncio denuncia o seu incumprimento reiterado.

Deputada Catarina Cabeceira (CDS-PP): O Governo já respondeu!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Mas qual silêncio?! Seja educado!

O Orador: O Senhor Presidente do Governo no dia 18 de novembro de 2024 dizia assim, e passo a citar: “os 75.000.000 de euros vêm para reduzir ...

(*Ruído na Câmara*)

O Orador: Posso continuar, Senhor Presidente?

Os 75.000.000 de euros vêm para reduzir a necessidade de financiamento, através do endividamento do Orçamento Regional em 150.000.000 de euros, o que significa que, em vez de um recurso a endividamento de 150.000.000, faremos 75!”

Pasme, Senhor Presidente, é exatamente isso que nós fazemos na nossa proposta, cumprimos aquilo que o senhor não consegue e apresentamos e há quem venham nos acusar de irresponsabilidade.

Não, nós estamos a apresentar uma proposta coincidente com aquilo que o senhor disse e que vai ser aprovado no Orçamento de Estado, mas os senhores são contra. Ou seja, o PSD não concorda consigo, mas vai apresentar uma proposta de alteração para garantir que o endividamento sobe um ritmo galopante e, portanto, isso diz mais da Coligação, do que propriamente qualquer outra informação que possa transmitir.

E além disso, também irei entregar na Mesa o parecer do Tribunal de Contas que confirma aquilo que dissemos sobre a dívida e a ilegalidade do Governo Regional relativamente ao endividamento zero.

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Não estava, de facto, preparado para fazer o debate da conta de 2023, mas estou sempre preparado para fazer qualquer debate de Orçamento desta Região que fale de endividamento.

É, de facto, o nosso grande desígnio, travar a trajetória de endividamento desta Região.

Mas, aquilo que estamos hoje aqui a assistir é uma espécie de *briguinha de alecrim e manjerona*.

Ambos estão cheios de responsabilidades e empurram uns para os outros. Parecem dois irmãos gémeos que se queixam um do outro, quem foi que levou o puxão de orelhas maior. Levaram puxões de orelhas, têm as orelhas inchadas dos puxões de orelhas que acabaram de levar, que levaram no passado, mas andam aqui a empurrar uns para os outros quem é que tem as orelhas mais vermelhas.

Orelhas vermelhas têm o povo, que se sacrifica todos os dias e que se vai sacrificar daqui por diante para que essas dívidas se paguem no futuro.

E já hoje aqui se falou de regresso dos nossos filhos à nossa terra. Pois, eles não vão querer regressar, nem Francisco César vai querer regressar!

(Risos dos Deputados das bancadas do Chega)

O Orador: Para pagar o montão de dívidas que o Governo da Coligação do PSD, CDS-PP e PPM vai deixar para o futuro. Além de que, esta ilegalidade, sim, é uma ilegalidade, é o que está escrito no parecer que hoje foi entregue nesta Casa, além de ser um desrespeito pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, foi um trato de polé ao parceiro que então tinha inscrito estas necessidades de endividamento no Parlamento e que era a Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso foi um “perdoa-me”?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça o favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

Eu apelo à memória daqueles que aqui estavam há dois anos,

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exato!

O Orador: ... porque aquilo que se dizia, na altura, quando apareceu esta ideia peregrina do endividamento zero, era que era, nem mais um cêntimo de dívida. Não era dívida face ao PIB, isto é outra coisa. Era, nem mais um cêntimo de dívida.

Isso era o Governo que dizia que fazia isso e fazia muito mais. Baixava os impostos aos mais ricos e sobre os lucros pagava aos trabalhadores, fornecedores, aumentava salários, carreiras. Fazia tudo e muito mais, sem recorrer a um cêntimo de dívida.

Aquilo que tudo já sabíamos, efetivamente e que se confirma, é que isso era uma fraude, uma fraude política.

Agora, vem o Senhor Secretário Regional das Finanças dizer que é a dívida face ao PIB. Meus senhores, mas isso é o que toda a gente utiliza, exceto o Governo Regional, que queria uma regra própria para os Açores, que era, nem mais um cêntimo de dívida.

E, afinal, isso serviu para dar uma bola fiscal que deu muito jeito a alguns e para deixar outros à penúria, à espera de pagamentos. E pior, para esta dívida ser paga por aqueles que são a maioria dos que pagam impostos, aqueles que trabalham, que têm salários baixos e médios e esses é que vão arcar com a irresponsabilidade deste Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo Regional:

Não houve fraude nenhuma naquilo que são as contas da Região e os encargos que elas representam e espelham aumentar.

Aumentar o Compamid não foi uma fraude, aumentar o cheque pequenino não foi uma fraude, aumentar o complemento regional de abono de família não foi uma fraude, dar manuais gratuitos aos alunos da Região não foi uma fraude. As creches gratuitas não são uma fraude, são uma despesa, são um investimento no futuro dos Açores.

Deputado António Lima (BE): Endividamento zero foi uma fraude política.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A intervenção que se me seguiu, o Senhor Deputado Carlos Silva, do Partido Socialista, julgava que era para explicar aquilo que o Tribunal de Contas dizia sobre a conta da Região de 2019. Ele, porventura, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que não tivemos o gosto de ouvir durante estes três dias (já vamos, aliás, no quarto).

Mas, o próprio Tribunal de Contas responde a tudo, ao Senhor Deputado Carlos Silva e ao Partido Socialista, quando o mesmo parecer diz: Conta da Região de 2019, o Tribunal identificou riscos de sustentabilidade das finanças públicas regionais.

Não é hoje, dia 28 de novembro de 2024, dizia sobre a Conta da Região de 2019, repito, identificou riscos de sustentabilidade das finanças públicas

regionais, em resultado da sua posição estruturalmente deficitária.

Em causa estão os sucessivos défices orçamentais, o agravamento da dívida pública, excedendo a capacidade de endividamento, legalmente fixada e saldos primários negativos.

Isto é a história do PS.

Mas o PS, hoje, felizmente, está contra isto, porque está na oposição. Aliás, o PS, hoje promete o dobro e o triplo e quer dar mais do que alguma vez deu.

De facto, na oposição o PS é muito generoso.

Os açorianos só têm que fazer uma coisa, é manter-vos onde estão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, é verdadeiramente uma interpelação, nos termos fixados no nosso Regimento que eu podia ter evitado e que peço desculpa por isso, podia ter integrado, tenho tempo suficiente para o dizer, é que vou entregar na Mesa, em formato digital, para que possa distribuir a todos os senhores deputados este parecer do Tribunal de Contas de 2019 para avivar algumas memórias que hoje estão sujeitas a uma limpeza ... [impercetível].

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Assim que a Mesa rececionar, por via digital, que a Mesa agradece.

Vamos passar ao artigo 22.º. A primeira proposta de alteração é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao número 1, do artigo 22º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao número 1, do artigo 22º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao número 2, do artigo 22.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Desculpa.

Eu não estou a perceber, é melhor os senhores se sentarem e me dizerem o que é que se está a passar.

Só uma pessoa, pelo amor de Deus, só um. Senhor Deputado João Bruto da Costa, diga, faz favor.

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A grelha que não está bem identificada, mas o que tínhamos era a proposta de alteração do PSD, CDS e PPM ao número 2 do 22.º.

Presidente: E o Partido Socialista não tem ao número 2?

(* **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Senhor Presidente anunciou como sendo do PS.

Presidente: A minha grelha tem uma alteração do Partido Socialista ao número 1 e ao número 2.

Não há o número 2?

Então vamos votar a que deu entrada primeiro.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mas foi anunciada sem o d).

Presidente: Calma, vamos ver.

Ao número 2 do artigo de 22.º há duas propostas de alteração, uma do PS, outra do PSD, do CDS e do PPM. Vamos votar a que entrou em primeiro lugar, que é

a do Partido Socialista.

Se for aprovada, prejudica a da Coligação. Se não for aprovada, votamos a outra a seguir. Estamos entendidos?

Pronto, então vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao número 2 do artigo 22.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao número 2 do artigo 22.º, apresentado pelo PS, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e a favor com 22 votos do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao número 2 do artigo 22.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração ao número 2 do artigo 22.º apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM 1 do BE, 1 da IL e com as abstenções 22 votos do PS e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o número 1 do artigo 22.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se

sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 1 do artigo do artigo 22.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM. Com 22 votos contra do PS e com os votos de abstenção, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos agora votar o número 2 do artigo 22.º, naturalmente, com a proposta de alteração que aprovámos.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 2 do artigo 22.º com as alterações introduzidas foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos de abstenção, 22 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o número 3 do artigo 22.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 3 do artigo 22.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com as abstenções 22 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Os três próximos artigos não têm propostas de alteração. Podemos votar em conjunto? Como a gente votou um a um? Querem fazer votação

global?

Estão os estão os 3 números votados.

Mas podemos votar artigo a artigo, se entenderem? Estão os 3 números de votados, está o artigo votado. Acho eu.

Vamos votar, então.

Os artigos 23.º, 24.º e 25.º estão à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos do 23.º, 24.º e 25.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está a votação a proposta de eliminação do número 2 do artigo 26.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Para intervir tem a palavra Senhor Deputado, faça um favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nesta proposta de alteração ao artigo 26.º, ela tem duas partes, em primeiro lugar, uma parte que diz respeito à privatização da SATA Internacional e da empresa que vier a ser formada a partir da SATA Air Açores, que tem como sua atividade o serviço de Handling e, nesse contexto, nós consideramos que não é admissível que o Governo peça uma autorização ao Parlamento para privatizar uma empresa que não existe.

Essa empresa não foi formada. Nós não conhecemos quais são os seus ativos, os seus passivos, os seus trabalhadores, o seu objeto não pode ser, aliás, o valor legal dessa autorização é altamente duvidoso. Esse é o primeiro ponto.

Todavia, e nós propomos a eliminação do número 2, que diz respeito à SATA.

Todavia, quem concorda com a privatização da SATA tem aqui uma oportunidade também de fazer com que este cheque em branco não exista, que é provar aquilo que nós aditamos no número 4, que é qualquer privatização da

SATA ou outras que o Governo já anunciou, que os trabalhadores não sabiam no caso da Lotaçor, pelos vistos nem o próprio Governo todo sabia, segundo os trabalhadores, que são os matadouros que o Governo também quer privatizar, que venha a este Parlamento, para que nós saibamos exatamente o que é que o Governo quer vender e a quem e em que condições.

Este é um exercício de transparência. Se há centralidade no Parlamento, ela está nesta proposta.

Por isso, independentemente da opinião sobre uma ou outra privatização ou sobre as privatizações em geral ou em abstrato, não pode deixar de concordar que o Parlamento tem que ter uma palavra a dizer e a palavra a dizer é esta, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É a sua!

O Orador: ... é decidir sobre as privatizações que o Governo prepara.

Da nossa parte, temos essa proposta. O número 4 não conflitua com os números anteriores. Está aqui uma boa oportunidade para o demonstrar se esse Parlamento, para o Governo, tem alguma autoridade e veremos qual é o sentido de voto.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar.

Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda ao número 2 do artigo 26.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação do número 2 do artigo 26.º proposta pelo BE foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento ao número 4 do artigo

26.º, efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação aditamento ao número 4 do artigo 26.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o número 2 do artigo 26.º:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 2 do artigo 26.º foi aprovado com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos contra do PS e 1 do BE.

Presidente: Votamos os restantes números do artigo 26.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As restantes alíneas do artigo 26.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 1 voto contra do BE e 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Próximos artigos não têm propostas de alteração.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Pode repetir a votação que eu tenho algumas

dúvidas, o que é que acabamos de votar, em concreto?

Presidente: O anúncio ou mesmo a votação?

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Mesmo a votação.

Presidente: Do número 2 está claro? Votamos os restantes números?

Vamos votar o número 1 do artigo 26.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O número 1 do artigo 26.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Vamos repetir a votação do número 1 do artigo 26.º. As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão; Os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 1 do artigo 26.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL. Com os votos contra 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Votamos agora o número 3 do artigo 26.º, com as suas duas alíneas, a) e b).

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O número 3 do artigo 26.º, com as suas alíneas, a) e b) foi aprovado por unanimidade.

Presidente: 27.º, 28.º 29.º e 30. 27, 2829 e 30 não têm propostas de alteração.

Estão à votação os artigo 27.º, 28.º 29.º e 30.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 27.º, 28.º 29.º e 30.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um artigo 30.º A, uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o artigo 31.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 31.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 32.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 32.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Artigo 33.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 33.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 34.º está à votação.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Senhoras e os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 34.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos de abstenção 22 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está a votação a proposta de aditamento do artigo 34.º A, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

Os Senhores Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento do artigo 34.º A foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP e 1 do PPM e com os votos a favor 22 do PS e 1 da IL. Com os votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Estão à votação dos artigos 35.º, 36.º e 37.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

Secretário: Os artigos 35.º, 36.º e 37.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 38.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 38.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, e 1 da IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 39.º e 40.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos 39.º e 40.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 41.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar;

O Senhor Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 41.º foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do BE, 1 da IL e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o número 1 do artigo 42.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O número 1 do artigo 42.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do Chega, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL e com os votos contra 22 do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o número 2 do artigo 42.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O número 2 do artigo 42.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhor Deputado Pedro Neves, faça favor,

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: 15 minutos. Regressamos às 18 horas.

Querem fazer um bocadinho maior? Meia hora?

Então regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar nas votações.

Eram 18 horas e 16 minutos.

Passamos para o Artigo 43º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 43º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL, 1do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação o Artigo 44º do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, é apenas para solicitar a votação em separado das alíneas d) e f) do n.º. 1 do Artigo 44º.

Presidente: Toda a gente concorda que votemos as alíneas d) e f) do n.º. 1 do Artigo 44º em conjunto?

Sendo assim, estão à votação essas duas alíneas d) e f) do n.º. 1 do Artigo 44º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas d) e f) do Artigo 44º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL, 1do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação o Artigo 44º .

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 44º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação, os Artigos 45º, 46º, 47º e 48º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 45º, 46º, 47º e 48º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação, o Artigo 49º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 49º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL, 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe vários aditamentos.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Assim sendo, estão à votação as propostas de aditamento do Artigo 49º-A, B, C, D, E, F e G.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os aditamentos A, B, C, D, E, F e G do Artigo 49º foram rejeitados com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção do IL.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea b) do Artigo 50º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) do Artigo 50º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção do IL.

Presidente: Está a votação o Artigo 50º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 50º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos três artigos não têm propostas de alteração e são os Artigos 51º, 52º e 53º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 51º, 52º e 53º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o n.º.1 do Artigo 54º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º.1 do Artigo 54º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do IL e com 22 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a restante parte do Artigo 54º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A restante parte do Artigo 54º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 dos CDS, 1 do PPM, 1 do IL, 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: As duas propostas de aditamento dos Artigos 54º-A e 54º-B do Partido Socialista podem ser colocadas à votação em conjunto?

Então estão à votação estas duas propostas de aditamento em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os Artigos 54º-A e 54º-B foram rejeitados com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para referir que acabaram de ser rejeitadas duas propostas, sendo uma relativa ao programa Construir 2030, em que nós apenas pedíamos que fosse simplificado e desburocratizado o sistema, conforme até foi um compromisso do Sr. Secretário Regional, e outra proposta relativa aos relatórios de execução do Plano de Recuperação e Resiliência, sendo que foram ambas rejeitadas. É lamentável.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar.

Os próximos Artigos, por não terem propostas de alteração, posso colocá-los à votação em conjunto?

São eles os Artigos 55º, 56º, 57º, 58º e 59º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 55º, 56º, 57º, 58º e 59º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 59º-A proposto pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento dum Artigo 59º-A do BE, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 59º-A, proposto pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um Artigo 59º-A da autoria do Partido Socialista, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 59º-B, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento do Artigo 59º-B foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o Artigo 60º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: o Artigo 60º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o nº.1 da proposta de aditamento do Artigo 60º-A do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento do nº.1 do Artigo 60º-A foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 1 voto a favor do BE, 1 do PAN e 22 abstenções do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o nº. 2 do Artigo 60º-A, proposto pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento ao nº.2 do Artigo 60º-A, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 CDS, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 de PAN e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração efetuada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 61º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Artigo 61º proposta pelo BE, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 1 voto a favor do BE, 1 do PAN e 22 abstenções do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o Artigo 61º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 61º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 62º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 62º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 63º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração Artigo 63º do Bloco de Esquerda foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do IL, e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O complemento de pensão, o *cheque pequenino*, para que as pessoas nos percebam, tem sido uma demanda do CHEGA, porque são aqueles que mais precisam neste momento, no fim da vida.

Continuamos e a diferença está aqui. O acordo que fizemos com o Governo foi cumprido connosco, nós cumprimos com o Governo. É assim que as coisas devem ser em democracia.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Presidente do Governo é um homem de palavra, mas é só para alguns.

O Orador: Não vale a pena a chantagem, não vale a pena a birra, não vale a pena coisíssima nenhuma. Vale a pena nós podermos privilegiar os mais idosos dos Açores.

Eu sei que isto incomoda imenso os socialistas que toda a vida deram dinheiro a quem não quer trabalhar. Nós queremos dar dinheiro a quem trabalhou e precisa neste momento. E assim é que deve ser.

Vozes dos Deputados da bancada do CHEGA: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Está à o Artigo 63º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 63º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 64º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 64º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do IL e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento de um Artigo 64º-A, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um Artigo 64º-A do Partido Socialista foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 do BE e com 22 votos a favor do PS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Pergunto se os Artigos 65º e 66º podem ser votados em conjunto?

Não havendo objeção, estão à votação os Artigos 65º e 66º do diploma,

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 65º e 66º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 66º-A efetuada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento de um Artigo 66º-A do Bloco de Esquerda foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: As duas propostas de aditamento do PS podem ser colocadas à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de aditamento dos Artigos 66º-A e 66º-B, efetuadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento dos Artigos 66º-A e 66º-B efetuada pelo Partido Socialista, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma interpelação.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, para informar que a grelha tem novamente aqui alguns erros.

Há 3 aditamentos propostos pelo Bloco de Esquerda que não estão na grelha e que só detetei agora.

Falo dos Artigos 66º-C, 66º-D e 66º-E.

Presidente: E têm de ser colocados à votação em separado não é?

(O Deputado António Lima demonstra a sua concordância)

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do Artigo 66º-C apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento de um Artigo 66º-C efetuado pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre o que vamos votar a seguir - a suspensão das licenças dos AL – eu gostava que o Bloco de Esquerda explicasse a mim e aos açorianos - não àqueles que andam à procura de casa, pois para eles isso é muito fácil - a quem é dono de uma casa que herdou, comprou ou está a pagar ao banco e que pretende uma rentabilidade... isto parece a Venezuela. Quer dizer, os proprietários é que têm obrigação de aumentar o mercado de arrendamento?! Por exemplo, eu tenho uma casa e sou obrigado a arrendá-la ao preço que o Bloco de Esquerda quiser.

Isso é uma coisa que não faz sentido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A gente com jeito ainda descobre aí um Robles.

O Orador: Por isso, gostava que alguém me explicasse isso.

Por que razão é que o Estado tem que interferir numa coisa destas?!

Nós precisamos de mais habitação. Nós não precisamos de roubar quem é o dono da casa!

Isto é que é uma pouca-vergonha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Pacheco, não sei a que se deve o seu incómodo, porque esta proposta não retira nada a ninguém.

Deputado José Pacheco (CH): Não?!

O Orador: Aquilo que faz é impedir que mais casas, onde vivem pessoas e algumas estão despejadas, e outras que até podiam ser colocadas no mercado de arrendamento ou vendidas, se transformem em alojamento para turistas.

O senhor está ao lado de quem vem aos Açores passar férias, ou está ao lado de quem aqui vive?

O senhor está do lado do direito à habitação, ou está do lado do negócio?

É isso que está em causa. A suspensão de novas licenças, não retira nenhuma licença a ninguém. Por isso, não se preocupe que não se vai retirar a licença a ninguém, nem as pessoas que tenham alojamentos locais perderão rendimento, aliás se calhar até ganham.

Por isso, Sr. Deputado José Pacheco, fique tranquilo e junte-se a quem defende o direito à habitação. Só que pelos vistos o senhor não o faz.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado não compreende a diferença entre o direito à propriedade e o Estado a mandar nas coisas.

As pessoas fazem com a sua propriedade o que quiserem. E quanto menos Estado nós tivermos melhor. Agora vir dizer que eu tenho que arrendar a minha casa, porque o senhor acha que eu não posso fazer um AL...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso mesmo!

O Orador: ... é preciso não esquecer –não abusando da sua paciência, Sr. Presidente – que se não fossem os AL, nós tínhamos um parque habitacional superdegradado.

Sr. Presidente do Governo, quanto ao problema da habitação, estamos a dar passos bons.

Sra. Secretária, está nas mãos do Governo a ampliação do parque habitacional. Não está nas mãos do Governo retirar aos privados aquilo que é deles. Isso na minha terra chama-se “roubar”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para um protesto.

(*) Deputado António Lima (BE): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Pacheco habituou-nos a vir aqui e achar que pode insultar tudo e todos. Diz que nós queremos roubar e acha que isso pode ser dito assim. E deixe-me dizer, Sr. Presidente, que isso não é admissível. E V. Exa. como Presidente desta Assembleia, não o devia admitir, porque admite vezes demais que daquela bancada se diga tudo e mais alguma coisa.

Esta proposta não pretende roubar nada a ninguém. Num Estado de direito há regras.

O que o senhor quer é outra coisa. Não quer um Estado de direito, quer o Estado de alguns, de uma elite que já governou Portugal durante 40 anos. É isso que o senhor quer. Quer o regresso a um passado que nós não queremos. Queremos um futuro com regras, onde o direito à habitação conquistado em 25 de abril tenha que ser consagrado e tenha que estar à frente de qualquer interesse económico e de outros interesses que até podem ser legítimos, mas há que proteger o direito à habitação.

Por isso, não lhe admito que venha dizer e insultar quem aqui está a apresentar propostas sérias, propostas justificadas e não com base no insulto puro a que o CHEGA já nos já habituou e que o Governo e o PSD abraçaram!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, querendo, pode usar da palavra para um contraprotesto.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado, quando se retira o que é legítimo de alguém, chama-se “roubo”, como se pode chamar “subtração”, isso eu deixo para os juristas. Mas na minha terra chama-se “roubar”, pois se eu sou proprietário de algo, e se esse “algo” me é suprimido por força de outra coisa que tanto pode ser um bandido, como pode ser o próprio Estado - muitas vezes é um bandido – peço desculpa, mas nós temos que acabar com isto, realmente tem razão, 50 anos de comunismo em Portugal nestas coisas é uma pouca-vergonha!

Coitado de quem tem uma casa e arrenda. Nunca mais é proprietário daquela casa e mais, passa a ser dono de uma casa que se calhar já não consegue pagar ao banco e que até talvez tem que consertar isto e pintar aquilo. Isto é a pura realidade e os açorianos sabem. O senhor se é muito sensível e muito *fofinho*

nestas coisas, a mim não me incomoda, porque eu tenho *casca grossa* para os enfrentar neste tipo de coisas que têm destruído a nossa terra.

Nós precisamos é de mais casas e demos um contributo na autoconstrução. O senhor não quer compreender isso, quer é que o Estado seja dono de casas e eu não quero!

Presidente: Vamos continuar as votações.

Está à votação a proposta de aditamento efetuada pelo Bloco de Esquerda de um Artigo 66º-D.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento do Artigo 66º-D proposto pelo Bloco de Esquerda foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do BE e 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 66º-E, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento dum Artigo 66º-E, apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal, 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Artigo 67º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Artigo 67º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum Artigo 67º-A do PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento dum Artigo 67º-A da autoria do PAN foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Arito 68º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 68º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o Artigo 69º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 69º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 de PAN, 1 voto contra do BE e 22 abstenções do PS.

Presidente: Os Artigos 70º, 71º, 72º e 73º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Não? Então vamos votar apenas o Artigo 70º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 70º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o Artigo 71º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 71º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o Artigo 72º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 72º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto contra do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação o Artigo 73º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 73º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao Artigo 4º, alíneas a) e b).

Querem votar em separado?

Então está à votação a proposta do Bloco de Esquerda que altera o Artigo 4º, alínea a).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Artigo 4º, alínea a) foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do PAN e 1 voto do BE.

Presidente: Está à votação a proposta do Bloco de Esquerda que altera o Artigo 4º, alínea b).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Artigo 4º, alínea b) foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta votação talvez tenha mais significado político do que efetivamente possa parecer.

Deputado Pedro Neves (PAN): Só se for para si!

O Orador: Porque através desta proposta de alteração, o Bloco de Esquerda, no fundo, pretendia fazer um aumento dos impostos na Região, no IRC e no IRS. E, portanto, o Partido Socialista, hoje, ainda que tomando um bom caminho, contradiz-se consigo mesmo.

Durante os dias que antecederam este debate, sempre disse que a despesa tinha que baixar, mas não dizendo como, sendo que uma das alternativas era o aumento da receita, nomeadamente por via de impostos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh senhor, menos um bocadinho!

O Orador: Mas o Partido Socialista que esteve contra esta medida de baixar o IRS nos Açores, hoje, finalmente, votou a favor.

Está a melhorar qualquer coisa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor ganharia, no mínimo, o prémio Nobel da economia!

O Orador: Talvez por aí possa começar a diferença entre Vasco Cordeiro e Francisco César.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que acabámos de ver em relação à proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao Artigo 74º, que foi desdobrado em alíneas, foi apenas um prazer egoísta de um Sr. Deputado que, à partida, achou que poderia comandar a divisão para votar mais tempo contra, porque acha que tem mais prazer e mais poder. E verificamos que votaram exatamente da mesma forma o

desdobramento do Artigo que foi completamente desnecessário, só para ter esse prazer egoísta, usando o argumento que usou a seguir, o qual, aí sim, é válido para qualquer posicionamento.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para uma interpelação.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, era para solicitar a V. Exa. o sentido de voto da Representação Parlamentar do PAN nas duas alíneas que acabámos de votar. E, nessa sequência, também requerer a V. Exa. mais esta informação: se há alguma norma regimental que impeça o pedido de votações em separado?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso já não é o ego. É mesmo o **alter-ego!**

O Orador: E se algum partido desta Casa, porventura, alguma vez deixou de o fazer? E já agora, se o Deputado que me antecedeu no uso da palavra, alguma vez fez ou não pedido para votação de alíneas em separado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação e penso que todos conhecemos as respostas. Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma intervenção.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando alguém nos diz que quer baixar ou aumentar impostos, a primeira pergunta que devemos fazer é “a quem?”.

Em relação à alegada reforma fiscal que esta maioria fez em 2021, a primeira pergunta que se devia ter feito era “a quem?”.

A verdade é que essa *baixa de impostos* não foi para todos. Foi principalmente para quem mais ganha; para quem mais ganha em salário e para quem mais ganha em lucros.

O que esta proposta faz, e ela tem que ser lida em conjunto com outras três propostas, nomeadamente o Artigo 77º-C sobre a “derrama estadual aplicada nos Açores” e também com uma proposta que já foi chumbada no plano de redução dos preços dos transportes, tem que ser vista em conjunto, porque aquilo que elas fazem é, sim, aumentar os impostos aos que mais ganham e aos lucros acima de 1 milhão e meio de euros. E reduzir os impostos através do ISP, à grande maioria das pessoas que não têm outra alternativa para se deslocar e reduzir o passe dos transportes a quem não tem outra alternativa para se deslocar.

Aqui é que está a questão de fundo: a quem é que queremos reduzir impostos e custos?

É à grande maioria das pessoas? É às classes médias ou é a quem mais ganha e sobre os grandes lucros?

Nós não temos dúvidas de que lado estamos. Estamos do lado das pessoas que trabalham, que têm salários baixos e médios. E não temos problema nenhum em assumir que quem mais ganha e que tem grandes lucros, tem que contribuir mais. Mas aquilo que o Governo e a maioria têm feito, é baixar os impostos a quem mais ganha e para quê? Para endividar-se a si e a todos os açorianos e pô-los a pagar esses juros que deviam pagar, sim, aqueles que mais ganham. E isso é uma escolha de classes, ou seja, beneficiar quem mais ganha para prejudicar a grande maioria das pessoas. E aqui não temos dúvidas, mais uma vez, de que lado estamos.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

Vamos votar a restante proposta de alteração do Bloco de Esquerda,

porque votámos as alíneas a) e b), mas o Artigo 4º tem mais números e ainda tem o Artigo 9º. Portanto, vamos votar a restante proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao Artigo 74º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As restantes alterações propostas ao Artigo 74º pelo BE, foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal, 1 voto a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 74º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 74º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 de BE, 1 do IL e 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Vamos votar o Artigo 75º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 75º do diploma foi aprovado com 22 votos do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, com 22 votos contra do PS e 1 do BE, 1 abstenção da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao Artigo 76º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração do BE ao Artigo 76º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal, com 1 voto a favor do BE e 1 do PAN e 22 abstenções do PS.

Presidente: Vamos colocar à votação o Artigo 76º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 76º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento efetuada pelo Grupo Parlamentar do PS de um Artigo 76º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada pelo PS ao Artigo 76º-A foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 77º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 77º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: o Bloco de Esquerda propõe 3 aditamentos, respetivamente, os Artigos 77º-A, 77º-B e 77º-C.

Pergunto se posso colocá-los à votação em conjunto? Só o A e B?

Assim sendo, estão à votação as propostas de aditamento dos Artigos 77º-A e 77º-B efetuadas pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento dos Artigos 77º-A e 77º-B foram rejeitadas com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, é para pedir a votação separada, dado que há uma confusão com o nº.2, não sei se é do mesmo artigo. Mas nós queríamos votar a parte final que diz “durante o ano de 2025 as taxas de...”.

Presidente: Nós estamos a votar o Artigo 77º-C. É a ele que se está a referir?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** É sim, Sr. Presidente. Mas se reparar, a numeração vai até ao nº.4 e depois passa para o nº.2 no final.

No aditamento que está feito tem os nºs. 1, 2 3 e 4 e depois tem o nº.2 a seguir, mesmo no final, que tem a ver com o ISP.

Nós queríamos pedir a votação separada.

Presidente: Já percebi, Sr. Deputado, obrigado.

Portanto, vamos votar a proposta de aditamento do nº.1 do Artigo 77º-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento do Artigo 77º-C, nº.1, do Bloco de Esquerda, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal, e 1 voto a favor do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do aditamento do Artigo 77º-C, proposto pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O aditamento ao Artigo 77º-C, n.º 2 proposto pelo BE, foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal e com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 78º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 78º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM e 1 da Iniciativa Liberal, 22 votos contra do PS, 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 79º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 79º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do IL e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 80º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 80º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS, 1 do PPM, e 1 da Iniciativa Liberal e com 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Estão à votação os Artigos 81º, 82º e 83º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os Artigos 81º, 82º e 83º foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CHEGA, 1 do CDS, 1 do PPM, 1 de BE e 1 da Iniciativa Liberal e com 1 abstenção do PAN.

Presidente: Naturalmente os mapas do Orçamento serão depois conformados com as alterações que aprovámos durante esta votação e isso será feito em redação final.

Sras. e Srs. Deputados, sou alertado para que na proposta de aditamento do Artigo 77º-C do Bloco de Esquerda, nós votámos o Artigo 2º, n.ºs. 1 e 2, mas a proposta também pretende alterar o Artigo 4º. Só que nós não votámos o resto da proposta.

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados das bancadas do PSD, PS e da Deputada Catarina Cabeceiras)

Presidente: Portanto, consideramos então que está votado?

Sendo assim, vamos então fazer a votação final global da Proposta de DLR n.º.21/XIII – “Orçamento da RAA para o ano de 2025”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de DLR n.º.21/XIII – “Orçamento da RAA para o ano de 2025”, em votação final global, foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS e 1 do PPM e com 22 votos contra do PS, 1 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Terminamos, assim, esta longa maratona.

Pergunto se há declarações de voto?

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como todos nesta sala sabem, o PS sempre se afirmou disponível para viabilizar estes documentos através de uma abstenção.

Tal facto parece ter, desde logo, sobressaltado o Governo Regional dos Açores e os partidos da Coligação...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): “Sobressaltado”? Nós estivemos sempre serenos desde o início.

A Oradora: ... que tudo fizeram para que tal não fosse possível.

Não tenhamos ilusões, este não é nem nunca foi o orçamento do Partido Socialista - que fique claro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda bem!

A Oradora: Há um mar imenso de diferenças entre o que faria o Partido Socialista se fosse Governo e o que tem feito esta Coligação nos últimos 4 anos. Mesmo assim, apresentámos, a 16 de setembro, onze propostas concretas ao Governo...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): Ideias.

A Oradora: ... mostrando abertura ao diálogo e disponibilidade para viabilizar os documentos de planeamento em caso de aprovação das mesmas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dissemos sempre que não aceitaríamos que crianças cujos pais estivessem desempregados, fossem excluídos do acesso à creche. Mas não o dissemos por qualquer capricho do PS.

Dissemo-lo, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, porque à parte de todas as questiúnculas que queiram trazer a debate (e trouxeram!), nós sabemos todos, sabe a opinião pública, sabem os pedagogos, professores e educadores, economistas, psicólogos e sociólogos que a educação é a única forma de quebrar ciclos de pobreza.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (*Mónica Seidi*): A senhora é que não sabia.

Deputado José Pacheco (*CH*): O estado substitui a família.

A Oradora: E a educação na primeira infância é fundamental para isso mesmo, para criar novos hábitos, para fazer crescer e desenvolver o gosto pela escola, a compreensão da sua mais-valia pelas crianças e jovens e pelas suas famílias para, inclusivamente, diminuir o abandono precoce de educação e formação, melhorar a economia e até melhorar os índices de participação cívica.

E o que faz esta Casa?

Reafirma o que foi dito em julho. Congratula-se o Governo e esta semana até diz que vai mesmo implementar. É um retrocesso enorme, mas fazem-no para alegrar o parceiro e manter esta unanimidade relativa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores não quis, na verdade, dialogar com o PS. Nem mesmo o facto do Sr. Presidente do Governo ter tido acesso às nossas propostas, previamente, fez com que houvesse vontade para tal.

Esta semana soubemos que das propostas que apresentámos, só duas mereciam a consideração e o voto favorável.

O nosso voto contra não devia ser surpresa para ninguém. Já tínhamos dito que existia essa possibilidade, se não quisessem debater as nossas propostas.

Desde o início fomos bem claros e transparentes. Tivemos, modéstia à parte, um comportamento irrepreensível. Não aceitamos, por isso, lições de absolutamente ninguém, por mais bruto que seja o tom de voz.

Este filme já o vimos. Aconteceu exatamente o mesmo quando o Governo perdeu os acordos que tinha com todos os seus parceiros, quis culpar o PS, fê-lo reiteradamente. Agora faz a mesma tentativa, nada de novo, portanto.

Sras. e Srs. Deputados, o Governo Regional dos Açores tem sido negligente na ação, deixando claramente a prudência de lado. Na verdade, apesar de apregoar esta espécie de *mantra* presidencial, ele nunca foi cumprido e as provas estão à vista de todos.

A dívida pública cresceu mil milhões de euros com este Presidente e com este Governo, mas o Presidente do Governo diz que “está a elevar os Açores para cima”, cito. Este Orçamento não eleva os Açores. Com este Orçamento, os Açores continuarão, infelizmente, a voar baixinho.

Este é o Orçamento mais desequilibrado de sempre, em que as despesas correntes superam largamente as receitas correntes, que soluções que não sejam as mesmas de sempre e que conduzem ao histórico de termos o maior Governo da história da autonomia.

O relatório do Tribunal de Contas hoje publicado relativo a 2023, diz, por exemplo, que:

“Em 31/12/2023 a dívida não financeira ascendeu a 379 milhões de euros” - mais 100 milhões de euros face a 2022.

A dívida total do setor público administrativo regional, reportado no final do exercício de 2023, era de 3 mil 315 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 207 milhões de euros, face ao ano anterior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças, em particular:

O juízo sobre a Conta de 2023 não emite nenhum parecer favorável, ao contrário do que aqui foi afirmado.

O aumento do endividamento líquido das entidades públicas reclassificadas em 1 milhão e 500 mil euros, ocorreu devido à incapacidade das entidades liquidarem os saldos em dívida de algumas contas correntes caucionadas.

O Governo Regional dos Açores passou três dias a negar as evidências, a falar do passado completamente alheado da realidade.

O nosso voto contra é coerente, é pensado e ponderado. Nós estamos ao lado dos açorianos, de todos, e não apenas dalguns. E estamos absolutamente convictos do caminho que trilhamos. Apesar das sucessivas recomendações e alertas do Tribunal de Contas, o Governo e os partidos da Coligação perdem mais uma oportunidade de pôr travão aos desmandos das finanças públicas.

(Apartes impercetíveis do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

A Oradora: Apesar das baixas qualificações continuarem a ser assinaladas como um dos maiores bloqueios ao nosso desenvolvimento, o Governo tarda em implementar medidas que potenciem a frequência de jovens no ensino superior.

Apesar dos alertas do CESA, da AICOPA e das associações empresariais, o Governo e a Coligação rejeitam propostas que recomendam maior transparência na execução financeira do PRR, ou garantir que a burocracia seja reduzida e que sejam eliminados os atrasos e aumentada a celeridade na análise e aprovação das candidaturas.

Apesar da sangria demográfica, o Governo teima em não adotar medidas consistentes e efetivas, no sentido de atrair os jovens a regressar aos Açores após formação superior e em adotar medidas que promovam a fixação de jovens nas ilhas mais pequenas.

Estes documentos não contribuem, como era absolutamente necessário, para uma sociedade em que é possível crescer com esperança e envelhecer com dignidade; uma sociedade em que todos, sem exceção, vivem com qualidade e em que, independentemente da idade, do género, da orientação sexual e da situação laboral, vejam os seus direitos garantidos.

Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS vota contra as propostas de Plano e Orçamento para 2025, porque não temos qualquer dúvida de que se continuarmos neste caminho, a nossa autonomia está infelizmente posta em causa.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional das Finanças pede a palavra para?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Para uma intervenção, Sr. Presidente.

Presidente: Não pode, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Então para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Também não pode, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mas eu fui interpelado e também não devia ter sido.

Presidente: Não devia ter sido interpelado. E eu devia ter chamado à atenção. Penitencio-me por isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma declaração de voto.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo de toda esta semana, ouvimos uma gritaria e aparecia sempre a palavra **creche**, mas faltava o toque final que eu esperava e que curiosamente foi mesmo no final. Foi mesmo, apareceu no final.

Então, Sr. Presidente, aqui é que está a diferença numa coisa que é dita: “as crianças estão melhor na creche”, dizem os pedagogos, os não sei quê, diz o padre, diz a tia, diz isso tudo. É este o erro.

As crianças estão bem é com a família!

As crianças estão bem é com os seus pais!

O que os senhores aqui dizem – eu digo “estes senhores”, porque não quero invocar partidos - é que os pais (alguns pais) não têm capacidade de cuidar dos seus filhos. E assumiram isso hoje, que era o que faltava. O que os senhores disseram é que se transformou uma sociedade de tal maneira que a família desapareceu e nós temos é que depositar as crianças no “meninão” - que é um sítio de depositar crianças – ou “crianção”.

Não está em causa o bem-estar das crianças. Está em causa a destruição do conceito de família. É isto que está em causa. E os senhores assumiram agora e vão ter que levar esta convosco.

Os senhores destruíram aquilo que de mais belo pode haver numa sociedade: a **família** que é quem dá educação aos seus filhos!

A família não deposita no “meninão” ou no “crianção” as crianças, para que outros ocupem esta nobre função de qualquer pai que é a de lhes dar educação. A creche é apenas um complemento para aqueles que trabalham e não têm onde deixar os seus filhos. A creche não é o substituto dos pais. Todos esses pedagogos que dizem isso venham falar comigo que eu explico-lhes e não preciso escrever um livro, porque sabichões sempre houve, até na Bíblia havia muitos, mas a verdade é que tudo isto é o folclore da política. Os problemas reais das pessoas estão naquilo que eu disse naquela tribuna, estão no compromisso que este Governo tem que ter e que nós acompanhamos, no sentido dele se comprometer com o povo açoriano, mas primeiro com o CHEGA, de que vai ter a coragem e a paixão de executar o que lá está.

Uma coisa de cada vez, porque o dinheiro não é infinito, o dinheiro nunca há-de ser infinito. Nós vamos ter dificuldades e cada vez vamos tendo mais. Se nós olharmos 600 para trás, nem sequer se sabia onde é que ficavam os Açores. Aos poucos nós vamo-nos afirmando. E isso é muito importante. Nós não podemos negar a nossa história. Não podemos negar quem somos. Nós não podemos negar a nossa pátria açoriana, jamais. Mas para termos uma pátria temos que cuidar dela, temos que lutar por ela. Temos que saber dizer “eu sou açoriano”, “não sou aquele que aqui nasceu, mas sou aquele que para cá veio e optou por ter aqui a sua família”. Para alguns, a pátria deles é apenas a rua deles, outros é apenas a sua ilha. Mas no CHEGA eu e os meus colegas fomentamos este sentimento. A pátria açoriana são todas as ilhas, porque é assim que deve ser. Nós temos que lutar por todas as ilhas, todas as escolas, todos os museus, todas as estradas, todos os setores. Não há ninguém mais importante do que o outro. Se uns produzem mais financeiramente, é porque os outros estão a produzir de outra forma que não se vê de forma financeira. Nem tudo é dinheiro, nem tudo

são números. Nem tudo é o que está bem ou o que está mal, mas está sim na vontade de fazer diferente.

Sr. Presidente - permita-me que me dirija a si – vou confiar em si, mas também vou fiscalizar. Terei essa nobre função e penso não quebrar aqui a confidencialidade se disser que nós, já em janeiro, temos pré-agendada uma primeira reunião de acompanhamento das medidas que o CHEGA traz, mas que também não inibem de acompanharmos o orçamento questionando e fazendo um trabalho sério e contínuo. Isto é uma coisa que eu acredito que outros partidos não sabem, porque a democracia na boca deles, é apenas quando eles governam. A democracia é quando governamos, quando somos oposição, quando gostam de nós e quando nos detestam. A democracia não exclui a terceira força política dos Açores que se chama CHEGA.

Por isso, **chega** desta coisa de quererem fazer uma democracia à medida dos vossos egos e dos vossos umbigos!

Nós viemos para cá para fazer diferente e eu garanto-vos que vamos fazer diferente!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É das *Obras da Misericórdia* esse texto?

Deputado José Pacheco (CH): Tu já tiveste o teu tempo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E tu também vais ter o teu!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Vice-Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O PPM vem manifestar a sua profunda satisfação pela aprovação dos documentos orçamentais que aqui foram apresentados e discutidos, essenciais para a governação da nossa Região.

Ficam assim asseguradas as ferramentas indispensáveis para assegurar a estabilidade e a segurança que o povo açoriano merece. Não vemos isto como uma vitória política, mas como um passo fundamental para melhorar a vida dos nossos cidadãos. Problemas que variam desde a saúde, à habitação e à educação, serão agora abordados com novos recursos e instrumentos orçamentais robustos.

Em relação ao ano 2025, o plano de investimentos no setor da saúde e social ascende aos 113 milhões de euros, sensivelmente mais 1 milhão de euros comparativamente ao ano transato. Estes números demonstram um compromisso claro do Governo Regional em combater o subfinanciamento crónico do sector. Em 4 anos de Governo da Coligação, aumentámos o investimento na educação, cultura e desporto em cerca de 66%.

Em 2020, no Governo Socialista, o investimento feito nestas 3 áreas, era de cerca de 37 milhões de euros, mas agora, em 2025, apresentamos um plano de investimentos de mais de 60 milhões de euros.

Minhas senhoras e meus senhores,

A proposta de investimento no próximo ano para a área da habitação, é a maior dos últimos 10 anos, totalizando 36,2 milhões de euros, o que se traduz num reforço de mais de 23% em relação ao Plano para 2024.

Esta é uma nova fase de esperança e ação para o PPM e para os Açores.

Comprometemo-nos a continuar a trabalhar, arduamente, para garantir a melhoria da vida de todos os açorianos.

Estamos determinados, não apenas em governar, mas a governar bem, respeitando as necessidades e os desejos daqueles a quem servimos.

Permitam-me uma última referência: a minha estranheza pelo facto de o deputado socialista eleito pela ilha do Corvo, ao longo de 4 anos, nunca ter feito uma proposta para a sua ilha...

Presidente: Sr. Deputado, não se pode referir a outras bancadas, nem a Srs. Deputados especificamente.

O Orador: ... ao contrário do PPM, que apresentou centenas ao longo de todos estes anos.

A democracia também exige capacidade para apresentar propostas e ideias para o desenvolvimento da nossa terra.

Disse.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para uma declaração de voto.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Estas declarações de voto justificam a posição de cada partido, do sentido que deu à apreciação dos documentos que durante 4 dias nós discutimos, analisámos e votámos. Mas bastava ouvir os argumentos que aqui ouvimos, para concluirmos uma coisa muito clara: quem disse que estava disponível para dialogar, no fundo, sempre na sua convicção, quis votar contra este Plano e este Orçamento. Aliás, teria sempre uma razão a sobrar para não acompanhar e para não viabilizar estes documentos, porque se focou no mensageiro em vez da mensagem ou da substância...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: ... como lembra ainda hoje um destacado militante socialista, e até há pouco assessor da bancada do Partido Socialista, que lembra que em 2022 António Costa, depois de nos Açores já as creches serem gratuitas, também o fez para o resto do País - entenda-se para o continente – uma portaria a criar a gratuidade, definindo, entre outras condições, esta:

“Ponto 10 - Têm prioridade as crianças cujos encarregados de educação desenvolvam a atividade profissional comprovadamente na área de influência da respetiva resposta”. É o que diz uma portaria do dia 27 de julho de 2022, assinada pelo Governo de António Costa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo: Oh não é possível!

O Orador: E, portanto, foi exatamente a isto que o PS se agarrou aqui, mas ao contrário para, dizendo que estava disponível para viabilizar os documentos, no mínimo estaria sempre agarrado a este pormenor para dizer “temos aqui uma linha vermelha, pedimos desculpa, mas não vamos atrás”. Não vamos atrás de um plano e de um orçamento que leva os Açores para a frente, que faz diferente, que faz mais e faz melhor numa linha de continuidade com políticas não socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Que atende às dificuldades, que atende a novos desafios e, desde logo e sobretudo, à recuperação do hospital de Ponta Delgada.

Quem não votou a favor deste Orçamento, não quer de certeza a recuperação do hospital de Ponta Delgada.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Oh senhor, tenha paciência!

O Orador: Não quer a recuperação do hospital de Ponta Delgada, não quer os impostos em baixo, nem está de acordo com as medidas sociais que este Orçamento e este Plano contêm:

- O aumento do COMPAMID na ajuda à aquisição de medicamentos pelos idosos;
- Não está de acordo com o crescimento do *Cheque Pequenino*;
- Está contra as creches gratuitas;
- Está contra, como sempre esteve, a Tarifa Açores;
- Está contra os manuais digitais e não só estes, mas também os gratuitos e físicos no 1 ciclo;
- Está contra a valorização das carreiras da função pública;
- Está contra as políticas de juventude que acolhem e dão acolhimento aos que estão fora, aos que querem voltar, mas também aos que já cá estão;
- Está contra o apoio ao pagamento do crédito da habitação;
- Está contra o apoio à agricultura e ao fim dos rateios;
- Está contra uma pesca sustentável;
- Está contra o diálogo social da parceria, aliás, nesta matéria, quanto mais o Governo faz consensos e alarga o diálogo social pela integração de novos parceiros, mais isso incomoda a oposição.

No fundo, a disponibilidade para dialogar, tinha uma linha vermelha; a linha vermelha é tudo o que se fizer de melhor para os Açores, cria uma dificuldade partidária, portanto não pode ser acompanhada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nem o senhor acredita nisso!

O Orador: No fundo, a linha vermelha final é esta: gostariam de fazer o que nós estamos fazendo, mas quando puderam, não fizeram.

Deputado João Bruto da Costa e Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!
Muito bem!

O Orador: E o que nós estamos a fazer, e vamos continuar a fazer, é uma economia a crescer e um emprego robusto como nunca aconteceu nos Açores. E isso chama-se um **futuro de confiança**.
Disse.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não era para fazer uma declaração de voto, mas depois desta série de interpelações às restantes bancadas sem que o Sr. Presidente tivesse feito qualquer tipo de alerta, eu não posso deixar de dizer por que razão a Iniciativa Liberal votou contra este Plano e Orçamento.

Votou contra este Plano e Orçamento, **apesar** de prever a recuperação do hospital do Divino Espírito Santo. Também prevê o crescimento da despesa pública e a manutenção dos lugares dos *jobs for the boys*. Também mantém o nível de endividamento da Região Autónoma dos Açores, a níveis que esta Região jamais conseguirá suportar sem um resgate, mesmo que encapotado em transferências do Orçamento de Estado.

A Iniciativa Liberal votou contra este Orçamento, precisamente porque não pode meter uma moção de censura a um Governo incapaz de tirar os Açores da

cauda da Europa, da cauda do País e qualquer dia ainda vamos estar atrás dos restantes PALOP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal está aqui neste Parlamento desde 2020 e vai ficar por aqui muitos anos, porque os açorianos começam a perceber que vão ter que fazer muitos sacrifícios no futuro se continuarmos a ser governados por partidos que só sabem viver viciados em dívida...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... e viciados em agradar a tudo e a todos e que jamais conseguirão tirar esta Região do buraco onde ela já está.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra as propostas de Plano e Orçamento para 2025, porque falham com a grande maioria das pessoas.

Um Orçamento que não dá resposta aos problemas dos serviços públicos. Não contribui para aumentar os rendimentos de quem trabalha.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Contribui, contribui.

O Orador: Não dá resposta à crise da habitação e é a porta aberta para a continuação da especulação.

Não introduz justiça fiscal, continuarão a ser as classes médias a suportar os desmandos do endividamento do Governo Regional.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Devia ser um orçamento à Robles!

O Orador: Não garante que o Governo Regional vá pagar o que deve aos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde.

Aprofunda um desenvolvimento assente unicamente no turismo, que vai gerar desigualdade e deixar uma Região ainda mais pobre.

Este Orçamento é uma carta branca a uma nova onda de privatizações que coloca em causa os postos de trabalho. Tudo para agradar a uma elite que governa os Açores. Os patrões falaram, o Governo obedeceu.

O resultado das votações deste Orçamento também revela que este Governo, e esta maioria, são na verdade uma maioria *bota-abaixo*.

Sem abertura democrática, chumbou a grande maioria das propostas de alteração da oposição.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): O partido Socialista o que fazia? Chumbava todas.

Eu apresentava 300 e rejeitavam todas!

O Orador: E chumbou todas as propostas de alteração do Bloco de Esquerda. Quarenta e cinco propostas rejeitadas. E no registo da intervenção que me antecedeu, foram contra a redução do ISP, contra a contratação de assistentes operacionais, contra pagar a enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica e técnicos auxiliares de saúde. Foram contra obras em escolas como a escola Luísa Constantino, em Rabo de Peixe, ou a EBI da Horta e muitas outras. Foram contra aumentar para 100 euros a remuneração complementar e contra a aumentar o salário mínimo, contra os manuais em papel, contra a transparência que seria trazer aqui as privatizações que o Governo quer fazer.

Ficámos também a saber neste debate que o Presidente do Governo há pouco afirmou que a oposição é um problema. E quem acha que a oposição é um problema, acha que a democracia é um problema. A democracia, para o Governo, é um problema.

Finalmente, estes dias de debate e esta votação mostraram ainda que a Coligação do PSD/CDS/PPM conta agora com o *bff* (*best friend forever*) José

Pacheco e o CHEGA para governar os Açores. E isso diz muito da governação que se prepara, com o apoio da extrema-direita.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo: Começo por dizer nesta declaração de voto do Grupo Parlamentar do CDS, que votou favoravelmente estes documentos, que o grande problema desta Região é sim ter uma oposição destrutiva. Isso sim é que é um problema para a nossa Região.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

É a oposição do *bota-abaixo!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Depois dizer que coerência seria, se não quisesse este Governo, estes partidos da Coligação, o CDS querer ter documentos para 2025 que façam cumprir o programa do Governo, que façam cumprir as orientações a médio prazo e, por isso votámos convictamente a favor destes documentos para o ano de 2025, porque são documentos de continuidade, de progresso que estabelecem prioridades como o PRR ou os fundos comunitários, mas também as questões da saúde e da habitação.

Votámos favoravelmente, ao contrário do que se quer fazer parecer, propostas de diferentes partidos nesta Casa, em áreas que considerámos importantes e prementes, como a área da habitação, da saúde, avaliando aquelas propostas que mereciam o nosso voto favorável, como fazemos sempre e em qualquer votação destes documentos. Claro que nunca poderíamos votar a favor de iniciativas que

desvirtuam aqueles que são os documentos para 2025 e que são os compromissos assumidos pelo CDS e pela Coligação.

Também gostaria de dizer que estes documentos dão resposta a muitos desafios do futuro. A desafios na área de habitação, na continuidade dos investimentos na política de habitação iniciada em 2020, quer na fixação e valorização de profissionais de saúde que este Governo tem feito um trabalho inédito na Região, naquilo que eram reivindicações muito antigas de muitos profissionais de saúde, em que esteve sempre aberta a porta para o diálogo, para o entendimento e para a criação de consensos.

Avaliando as propostas, claro que numa situação ideal, gostaríamos de dar resposta a tudo e a todos, em situações que também identificamos como situações que devem merecer a nossa atenção, mas todos sabemos que os recursos são finitos, que têm que ser estabelecidas prioridades e que estas prioridades estabelecidas cumprem aquilo que são os nossos compromissos.

Estabilidade e compromisso são as palavras de ordem, continuamos a defendê-lo e sem dúvida que estes documentos dão a continuidade e progresso de muitas iniciativas e de muitas medidas que hoje são realidade nesta Região, graças a este Governo de Coligação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, como tal, vamos continuar no apoio às nossas famílias, à fixação de jovens, às empresas, às instituições. É este trabalho que estamos aqui prontos para dar continuidade em 2025, porque os Açores precisam, sim, de estabilidade, precisam de ter condições para fixar pessoas e estes documentos acautelam estas situações. E vamos continuar, tal como disse na minha

intervenção final, vamos sem dúvida e convictamente, continuar a trabalhar para que os Açores sejam uma Região cada vez mais de oportunidades.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PAN votou contra este Orçamento. E mesmo que pudéssemos ter votado todas as propostas de alteração, não conseguiríamos salvar este Orçamento e esta sangria da execução de vários pilares dentro do próprio Governo que não tem, na forma de ver do PAN, algum salvamento para o ano de 2025.

O PAN com o voto contra, não teve alguma vez como partido da oposição, intenção de querer fazer algum tipo de destruição ou criar algum problema para a democracia. Temos sempre uma mente construtiva, por isso é que fizemos 45 propostas de alteração que dão trabalho, ainda por cima, com justificação em todas essas propostas de alteração. As nossas propostas são explicativas e justificativas e, obviamente, em democracia, as pessoas votam contra ou votam a favor. Contudo, nunca poderão dizer que há destruição da parte dos partidos da oposição, quando esses partidos fizeram todos eles propostas de alteração. É preciso ver isso sempre com uma pitada de sal e de pimenta, quando se fala do que é o trabalho da oposição. Porém, tudo isto são escolhas e cada um vota como quer. Não podemos é dizer que os partidos da oposição são um problema, nem podemos dizer que os partidos da oposição só querem a destruição.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de novembro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação da Mesa foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite a todos.

Bom regresso para aqueles que vão viajar e até daqui a uma semana e pouco.

Eram 19 horas e 52 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos Entrados

1- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Aumento de casos de bullying nos Açores preocupa famílias e motiva aposta na prevenção

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 196/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp196.pdf

Assunto: Intervenções desajustadas na estrada regional dos Picos, em Santa Maria, provocam instabilidade nos taludes

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25

Referência: 54.02.01 – N.º 198/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp198.pdf

Assunto: Governo ilude os profissionais de saúde e não honra compromissos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 199/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp199.pdf

Assunto: Falta de material didático-pedagógico em estabelecimentos de ensino com Educação Pré-Escolar

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 200/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp200.pdf

Assunto: Deputados do PS Pico preocupados com as condições de segurança do Porto de Pesca das Lajes do Pico

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25

Referência: 54.02.06 – N.º 203/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp203.pdf

Assunto: Impedimento de acompanhante nos partos em São Miguel e combate à violência obstétrica na Região

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25

Referência: 54.06.02 – N.º 210/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp210.pdf

2- Informações:

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a acusar a receção da Resolução n.º 16/2024 – Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em defesa da mobilidade dos açorianos, aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 18 de outubro de 2024

Proveniência: Rui Manuel Carlos Clero, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2024 – 11 – 21;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão de mandato de Deputada, pelo círculo eleitoral da ilha Terceira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2024, até ao dia 4 do mês de dezembro, inclusive

Proveniência: Nídia Lopes Inácio, Deputada do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25;

Assunto: Ofício 57/024/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da suspensão do mandato da Deputada Nídia Lopes Inácio, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pelo candidato, Rafael Tavares Lima, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2024, inclusive

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25.

3 - Relatórios:

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2024 – 11 – 25;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI20652.pdf

Assunto: Sobre a Proposta de Projeto de Lei que - Autoriza o Governo a transpor parcialmente as Diretivas (UE) 2020/285 e (UE) 2022/542, sobre o

regime de isenção do imposto sobre o valor acrescentado aplicável às pequenas empresas - PCM (MF) - Reg. PL 287/XXIV/2024 - Audição n.º 19/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 11 – 26;

Assunto: Sobre a Proposta de Projeto de Lei que - Autoriza o Governo a transpor parcialmente as Diretivas (UE) 2022/542 no que diz respeito às taxas do imposto sobre o valor acrescentado, alterando o Código do IVA e o regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades - PCM (MF) - Reg. PL 302/XXIV/2024 - Audição n.º 20/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2024 – 11 – 26.

4 - Diários e Separatas:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 22, 25, 26, 27 e 28/XIII e as Separatas n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19/XIII.

As redatoras, *Sara Azevedo e Ana Lemos.*